

WERBETH SEREJO BELO

**DICIONÁRIO DE CONCEITOS E TEMAS
ECONÔMICOS PARA JOVENS**



São Luís
2018

WERBETH SEREJO BELO

**DICIONÁRIO DE CONCEITOS E TEMAS
ECONÔMICOS PARA JOVENS**



Capa

Trabalho de Josimar de Jesus Costa Almeida em imagem de
requena.revistalocal.es.

Diagramação

Josimar de Jesus Costa Almeida

Texto

Werbeth Serejo Belo

Revisão

Monica Piccolo Almeida Chaves

Esse dicionário foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

A pesquisa na qual se desenvolveu o dicionário teve apoio da FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

Belo, Werbeth Serejo.

Dicionário de conceitos e temas econômicos para jovens / Werbeth Serejo Belo. – São Luís, 2018.

115 f.

Produto da dissertação História econômica e o Ensino de História: Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens como ferramenta de análise das relações econômicas no ensino básico.

Orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. História Econômica. 2. Dicionário de Conceitos. 3. Temas Econômicos. 4. Jovens. I. Título

CDU 330-053.6(038)

APRESENTAÇÃO

Caros estudantes, vocês sabiam que a economia está presente em nosso cotidiano até mesmo quando vamos ao cinema, quando nos deslocamos de um lugar a outro, quando vamos ao shopping? Quando vamos ao cinema assistir a um filme, o que assistimos é parte de uma rede de mercado cultural, há compra e venda dos filmes pelos cinemas para que possam ser exibidos. Os atores recebem remuneração estabelecida em contrato como prestação de serviços.

Quando você se desloca de um lugar a outro – seja utilizando carro particular ou transporte público – há um grande número de serviços relacionados ao seu deslocamento: a) se você está de carro próprio: você precisa abastecer; esse abastecimento, por exemplo, é realizado em um posto que possui um empresário que vende o combustível e movimenta a economia e a produção de petróleo. Além disso, existe um funcionário no posto – pago pelo empresário, dono do posto – para abastecer seu carro, ele, portanto, vende seu trabalho para o dono do posto retirando dali seu sustento. B) se você se desloca através do transporte público, as relações econômicas também existem ali, sobretudo através da prestação de serviços, além da lógica já destacada da utilização de combustíveis, que é outro setor da economia.

Quando vamos ao shopping ficam mais óbvias as relações econômicas existentes, pois o shopping é um local que várias pessoas utilizam para fazer compras, se divertir e lanchar.

Através destes exemplos já podemos perceber o quanto as relações econômicas estão presentes em diversas situações do nosso cotidiano, mas será que você, estudante, tem se atentado a isso?

Este material tem por objetivo ajudá-los na compreensão dos principais conceitos econômicos existentes em nossa sociedade para que possam ficar atentos e informados aos diversos aspectos da vida. Este dicionário possui conceitos que facilitarão seu entendimento sobre a economia contemporânea, então, sempre que tiver dúvidas, recorra a ele e, você, estudante, estará atento às relações econômicas de nossa sociedade.

É importante lembrá-los que os conceitos sempre tem uma relação com o momento em que são utilizados. Por exemplo, o conceito de liberalismo foi largamente utilizado para descrever relações econômicas durante o século XIX em diversas regiões da Europa, no entanto, se utilizado na atualidade, este conceito receberá outras características.

Então, lembrem-se sempre: a utilização dos conceitos precisa estar de acordo com o momento da história que você pretende analisar. Este dicionário, por

exemplo, apresenta conceitos que são utilizados nas análises da sociedade contemporânea, especificamente a partir de 1945.

Além disso, estejam atentos! Este material não esgota as possíveis discussões que seu professor venha a fazer em sala de aula, tampouco deve ser tomado como inquestionável. Pelo contrário! O objetivo deste material é ajudar você, estudante, a iniciar grandes discussões a respeito das relações econômicas contemporâneas.

O autor

SUMÁRIO

ABERTURA DA ECONOMIA	13
AÇÕES	13
ACÚMULO PRÉVIO DE CAPITAL	15
ÁGIO	15
ARROCHO SALARIAL	16
BALANÇA COMERCIAL	17
BANCO	18
BENS DE CAPITAL	19
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	20
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	21
BENS DE PRODUÇÃO	21
BOLSA DE VALORES	21
CAPITAL	22
CAPITALISMO	23
CAPITAL ESPECULATIVO	25
CAPITAL ESTRANGEIRO	25
CAPITAL FINANCEIRO	26

CAPITAL INDUSTRIAL	26
CAPITAL PRODUTIVO	27
CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL	27
CIRCULAÇÃO DE CAPITAL	27
CLASSE	28
CLASSE MÉDIA	29
COMECON	30
COMÉRCIO	31
CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL	31
CONCENTRAÇÃO DE RENDA	32
CONGELAMENTO DE PREÇOS	33
CONSUMO	33
CONTAS PÚBLICAS	34
CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	35
CORREÇÃO MONETÁRIA	35
CRÉDITO	36
CRESCIMENTO ECONÔMICO	36
CRISE ECONÔMICA	37
DÉFICIT PÚBLICO	38

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	39
DESNACIONALIZAÇÃO	39
DINHEIRO	40
DÍVIDA EXTERNA	41
DÍVIDA PÚBLICA	42
ECONOMIA	43
EMPRESAS ESTRANGEIRAS	43
EMPRESAS ESTATAIS	44
EMPRESAS NACIONAIS	44
EMPRÉSTIMO	45
ESTADO	45
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	45
EXPORTAÇÃO	46
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	47
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI	48
GLOBALIZAÇÃO	48
IMPERIALISMO	50
IMPORTAÇÃO	51
INDÚSTRIA	52

INDÚSTRIA DE BASE	52
INFLAÇÃO	53
ISENÇÃO FISCAL	54
JUROS	55
KEYNESIANISMO	56
LIBERALISMO	56
LUCRO	58
MÃO DE OBRA	58
MERCADO DE TRABALHO	59
MERCADO EXTERNO	60
MERCADO INTERNO	60
MERCADORIA	60
MERCANTILISMO	61
MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO	61
MOEDA	63
MONOPÓLIO	63
MORATÓRIA	64
MULTINACIONAIS	65
NEOLIBERALISMO	65

PAÍS EMERGENTE	66
PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA	67
PLANO BRESSER	68
PLANO COLLOR	68
PLANO CRUZADO	69
PLANO DE METAS	69
PLANO ECONÔMICO	70
PLANO MARSHALL	71
PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	71
PLANO REAL	72
PLANO SALTE	72
PLANO VERÃO	73
PODER DE COMPRA	73
POUPANÇA	74
PREÇO	75
PRIVATIZAÇÃO	76
PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	76
PRODUTO MANUFATURADO	77
RECESSÃO ECONÔMICA	78

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA	78
RELAÇÃO DE PRODUÇÃO	79
SALÁRIO	80
SALÁRIO MÍNIMO	80
SOCIALISMO	81
VALOR	82
VERBAS	83
WELFARE STATE	83



Abertura da Economia

Você já deve ter visto em seus livros didáticos esta expressão. A abertura da economia [ver economia] representa o momento em que o capital estrangeiro é constantemente utilizado como forma de movimentar as relações econômicas de outro país, isto é, quando um país facilita a entrada de investimentos financeiros de um país em seu território. Uma pergunta pode ter surgido agora: como um país poderia facilitar essa entrada de capital estrangeiro? Através da diminuição, por exemplo, das taxas de juros que envolvem um determinado investimento. No caso do Brasil, por exemplo, isso acontece de forma bem frequente nos anos 1990 nos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso com as chamadas medidas neoliberais [ver neoliberalismo], quando estes possibilitam a circulação de capital estrangeiro em investimentos nacionais.

Ações

Em seus estudos históricos você já deve ter ouvido falar em ações, sobretudo quando se trata de dois momentos específicos: a crise econômica [ver crise econômica] de 1929 e a crise de 1973. Ambas envolvem o processo

de produção, no entanto, como consequência, acabam atingindo a bolsa de valores [ver bolsa de valores] atingindo, assim, o mercado de ações. Mas, você saberia dizer o que são as ações? Vejamos: uma empresa é constituída por um capital total [ver capital], isto é, toda empresa tem uma quantidade de riqueza acumulada e uma posição no mercado, ou seja, possui uma área de atuação e consumidores específicos. Isto possibilita que ela tenha um preço, caso precise ser vendida. No entanto, o preço dessa empresa pode ser dividido em partes, configurando, assim, as ações. Portanto, as ações são partes da empresa que podem ser negociadas na bolsa de valores [ver bolsa de valores].



Você sabia?

Você sabia que o mercado de ações é considerado um dos investimentos mais lucrativos na atualidade? Mas como funciona? O mercado de ações é organizado através da chamada Bolsa de Valores. São disponibilizadas ações de empresas para serem vendidas a pessoas interessadas em determinado setor econômico. As ações são parcelas de determinada empresa que faz com que o comprador tenha lucro sem necessariamente ter que participar do processo de produção. Dependendo da quantidade de ações compradas e de como a economia tem se desenvolvido o lucro pode ser maior ou menor. Para mais informações sobre a bolsa de valores e as ações acesse o site: [http:// www.mundodosbancos.com/bolsa-de-valores/](http://www.mundodosbancos.com/bolsa-de-valores/)

Acúmulo Prévio de Capital

A acumulação prévia de capital pode ser considerada como o momento em que as bases do capitalismo [ver capitalismo] são estruturadas. Sendo assim, pode ser considerado um período de transição entre o modo de produção anterior e o próprio capitalismo. O período de acumulação prévia de capital compreende os séculos XV e XVII, séculos que precedem a primeira forma do Estado [ver Estado] capitalista consolidado, o liberalismo [ver liberalismo]. Assim, compreende o deslocamento do processo de produção com base agrícola para uma produção com base industrial. É importante perceber, também, que é o momento de alteração da produção com base na mão de obra servil para a mão de obra assalariada.

Ágio

Quando há um produto sendo ofertado no mercado a um preço [ver preço] determinado, digamos, aquele vídeo game que você tanto deseja. Este produto é vendido a determinado preço, por exemplo, R\$ 500,00. Esse preço é tabelado e não pode ser alterado pelo vendedor, porque esse preço foi determinado pelo governo [ver congelamento de preços]. No entanto, há uma quantidade muito grande de pessoas que desejam obter este produto – você é uma dessas pessoas. Então

Você sugere ao vendedor que pode pagar por aquele produto R\$ 600,00, ou seja, você pretende pagar R\$ 100,00 a mais para ter aquele produto. Os R\$ 100,00 a mais que pretende pagar é o ágio sobre o preço do produto, isto é, o ágio é a quantidade de dinheiro que o comprador se dispõe a pagar a mais por um produto. É importante perceber que não é o vendedor que define o ágio de um produto, afinal o preço daquele produto é determinado pelo governo, o ágio é determinado pelo comprador.

Arrocho salarial

Todo trabalhador recebe um salário [ver salário] mensalmente, tendo seu preço [ver preço] mínimo definido pelo governo. Cada governo pode ou não definir quanto será o salário. Essa definição do governo significa o mínimo que o trabalhador deve receber pelo seu tempo de trabalho. No entanto, alguns governos acabam por não aumentar a taxa salarial. Isso significa arrochar o salário, isto é, não aumentar a quantia de dinheiro [ver dinheiro] que cada trabalhador deve receber pelo seu tempo de trabalho, mantendo o mesmo salário dos trabalhadores por um longo período. É importante lembrar que este conceito pode aparecer também com o nome de “Contenção salarial”.



Vamos pensar um pouco?

Você já parou para pensar quais as consequências de não haver aumento de salário durante um longo período? Vejamos: se o salário não aumenta, mas os preços dos produtos continuam a subir, o trabalhador poderia comprar a mesma quantidade de produtos que comprava antes? Obviamente que não. Então qual seria o melhor caminho? Aumentar o salário e manter os preços dos produtos? Pense sobre isso. Peça ajuda de seus familiares e professores para refletir sobre essa questão e compreender um pouco mais sobre as relações de trabalho.



Balança Comercial

Você já deve ter ouvido falar em importação [ver importação] e exportação [ver exportação]. Esses dois conceitos estão diretamente relacionados à compra e à venda. Mas outra relação existe para saber se o país está comprando muito ou vendendo muito. Isto é, se o país está importando muito ou exportando muito. O resultado dessa análise é chamado de Balança Comercial. Se o país importa muito mais produtos do

que exporta, a balança comercial está desfavorável, ou seja, tem mais dinheiro [ver dinheiro] saindo do país do que entrando. Isso significa que o país tem um déficit [ver déficit] econômico. No entanto, se um país vende mais produtos do que compra de outros países podemos dizer que a balança comercial está favorável, isto é, tem mais dinheiro entrando no país do que saindo dele, então o país tem um superávit econômico. Fique atento: o cálculo da balança comercial é feito, então, a partir da relação de um país no comércio com outros países.

Banco

O Banco é uma instituição muito utilizada em nossa sociedade como forma de, por exemplo, receber salário [ver salário], fazer pagamentos, guardar dinheiro [ver dinheiro], fazer operações financeiras [ver capital financeiro], entre outras coisas. Mas, você saberia dizer o que é um banco para além de suas funções? No mundo atual o banco é uma instituição que organiza as operações financeiras de modo que contribui para acelerar as relações econômicas. Mas, o banco também funciona como instituição que concentra e multiplica o capital [ver capital]. Como isso acontece? O banco oferece seu serviço, mas em troca você paga por este serviço por meio das taxas de juros [ver juros], ou taxa

sobre operações financeiras. Por exemplo, quando você retira dinheiro de um banco você paga uma taxa por esse serviço feito por ele, ou seja, por guardar seu dinheiro durante determinado tempo no banco. Então este funciona como agência de movimentação de capital na forma de dinheiro.



Você sabia?

Você sabia que o primeiro banco criado no Brasil foi o próprio Banco do Brasil? Este foi criado ainda no período da História chamado de Brasil Império. O Banco do Brasil foi fundado em 1808 por D.João VI no momento de instalação da Corte Portuguesa no Brasil. Essa medida tinha como objetivo organizar a economia do país, pois naquele momento o Brasil era de grande importância para as relações econômicas portuguesas. Consulte seu professor para que este possa dar mais detalhes a respeito da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

Bens de Capital

Um “bem” pode ser considerado algo que pertença a alguém. Por exemplo, quando um testamento é feito há uma lista de coisas - de bens - a serem deixadas para outras pessoas. No entanto, existe uma série de bens diferentes, por exemplo, um carro, uma casa, livros, CDs, móveis, uma obra de arte, entre outros.

Estes são exemplos de bens que são adquiridos por pessoas a partir do comércio [ver comércio]. No entanto, existe nas relações econômicas um bem chamado de bem de capital [ver capital]. Os bens de capital também podem ser chamados de bens de produção. Estes bens são utilizados na elaboração de novos bens para o consumo, como os bens mencionados quando falamos sobre o testamento, portanto, os bens de capital são as máquinas, as instalações, ou até mesmo serviços fornecidos que produzem outro bem.

Bens de Consumo Duráveis

Como o próprio nome do conceito sugere, os bens de consumo duráveis são bens que possuem um tempo longo de uso, isto é, são bens utilizados durante um longo período, geralmente não são consumidos de uma vez: carro e eletrodomésticos, por exemplo. No entanto, estes bens tem uma característica importante: estão relacionados ao mercado de tecnologia, isto é, há sempre propagandas que apresentam inovações de um produto em relação ao outro. Um celular, por exemplo, é um bem de consumo durável, isto é, não é para ser utilizado uma única vez, mas, não muito tempo depois, outro celular é lançado com novas funções. Outro produto, então, entra no mercado fazendo com que o anterior seja considerado atrasado. Essa é uma

característica muito presente no mercado de bens de consumo duráveis.

Bens de Consumo Não Duráveis

Os bens de consumo não duráveis, são bens que são consumidos rapidamente pelo seu comprador, geralmente são bens de necessidades básicas. Assim, como exemplo, os alimentos podem ser considerados bens de consumo não duráveis, pois precisam ser consumidos logo, não possuem um longo período para serem utilizados.

Bens de Produção

[Ver Bens de Capital]

Bolsa de Valores

O mercado, no âmbito do capitalismo [ver capitalismo], é organizado através de diversos segmentos da economia [ver economia], a saber: a produção industrial, produção agrícola, entre outros. Desde o final do século XIX um segmento da economia tem se consolidado em níveis mundiais: o setor financeiro. Assim, um mercado de negociações das finanças se organizou, a bolsa de valores. Portanto, a bolsa de valores é uma parte da

economia [ver economia] em que são negociadas as ações [ver ações] e os títulos. É importante lembrar que essas negociações estão diretamente relacionadas à produção, isto é, o capital financeiro [ver capital financeiro] por si só não movimenta a economia [ver economia].



Capital

É muito comum ouvir falar em capital quando se fala em investimentos, sobretudo em propagandas relacionadas a bancos. Quando assistimos a essas propagandas logo relacionamos capital ao dinheiro [ver dinheiro]. Mas será que capital é sinônimo de dinheiro como o conhecemos, isto é, como moeda de papel? Vejamos: no período denominado de mercantilismo [ver mercantilismo] sabemos que o ouro era muito utilizado como moeda e que era utilizado na compra e venda de produtos, sobretudo entre os séculos XVI e XVIII. Além disso, o ouro era utilizado como forma de investir em determinados empreendimentos. Não poderia o ouro ser capital? A resposta é sim. Logo, acabamos de desconstruir o conceito de capital como sinônimo de dinheiro em moeda de papel. O capital não é algo que possa ser tocado uma vez que está diretamente relacionado aos processos de produção, ou seja, é uma relação de produção [ver relação

de produção]. Por exemplo, o trabalho como forma de produzir produtos pode ser considerado capital porque vai gerar determinado valor [ver valor] em uma mercadoria [ver mercadoria]. Mas, o trabalho realizado como forma de produzir algo para o próprio consumo de quem o produz não pode ser considerado capital. Então, o capital é relacionado ao processo de produção de algo que vai movimentar a economia, ou seja, vai gerar lucro [ver lucro].

Capitalismo

Todos os dias ouvimos falar em capitalismo nos jornais, sobretudo, em momentos de crise econômica [ver crise econômica]. No entanto, poucos tentam entender do que se trata. É difícil dizer exatamente quando o capitalismo se iniciou, mas podemos dizer que o capitalismo é um modelo econômico de Estado [ver Estado], mas não se trata somente da organização das relações econômicas. O capitalismo atinge a política e, sobretudo, a sociedade.

Quando, por exemplo, este modelo de organização do Estado entra em crise uma grande quantidade de pessoas pode ser demitida dos seus empregos. Estas pessoas ficam sem uma renda mensal para sobreviver. Algumas começam a trabalhar de forma informal, isto é, começam a se sustentar a partir de vendas de produtos por conta própria (é muito comum ver isso acontecer nos transportes públicos, por exemplo). O que acabamos de

apresentar é um aspecto social de uma crise econômica [ver crise econômica]. Além disso, é importante destacar que o capitalismo não pode ser considerado algo natural, ou seja, o capitalismo tem que ser visto como um resultado de relações históricas, portanto, pode ser explicado e compreendido através de análises de momentos históricos já vividos.

Vejam: quando estudamos história vemos que entre os séculos V e XV foi vivido um momento conhecido como Idade Média cuja forma de organização das relações sociais faz com que seja chamada de Sociedade Feudal, que tinha como base as relações servis. Portanto, durante esse período, predominaram relações diferentes das relações capitalistas que vivemos.

O capitalismo pode ser considerado, assim, fruto de relações que se sucederam após o modelo feudal de sociedade e após um período de transição conhecido como mercantilismo [ver mercantilismo] ou acúmulo prévio de capital [ver acúmulo prévio de capital]. Além do que foi dito até aqui, é fundamental entender que diferentemente do sistema feudal, no capitalismo não temos relações servis como parte fundamental de suas relações, mas sim o trabalho assalariado, ou seja, um trabalhador vende seu tempo de trabalho em troca de uma determinada quantidade de dinheiro [ver dinheiro] que seu patrão paga a ele.

Capital Especulativo

Você já deve ter ouvido o termo “especular”. Especular, segundo o dicionário de língua portuguesa, tem como um dos seus significados “valer-se de certa posição, ou de circunstância, etc. para obter vantagens” (dicionário Aurélio, 2001, p. 288). É exatamente isso que acontece com o capital especulativo nas relações econômicas. O capital especulativo é utilizado em operações financeiras [ver capital financeiro]. Certo especulador compra ações a preços bem baixos e espera o momento em que o preço [ver preço] destas suba para que ele possa vendê-las mais caro, obtendo, assim, uma margem de lucro [ver lucro]. O capital [ver capital] investido nessa operação é chamado de capital especulativo.

Capital Estrangeiro

Este tipo de capital tem atuado cotidianamente nas várias economias no mundo inteiro. A globalização [ver globalização] que vivemos, por exemplo, tem feito com que este tipo de capital [ver capital] circule muito mais rápido que em épocas anteriores. O capital estrangeiro pode ser considerado todo capital que vem de outro país e é utilizado em território nacional. Por exemplo, quando determinada empresa de outro país resolve investir no Brasil o capital que entra em nosso país é chamado de capital estrangeiro. Em muitos livros de História o capital estrangeiro pode aparecer escrito como capital externo, estes dois termos são sinônimos.

Capital Financeiro

Esta forma de capital [ver capital] é uma forma de investimento que está diretamente relacionada às operações financeiras, isto é, operações que envolvem juros [ver juros], empréstimos, operações bancárias em geral. Mas, não se engane: o capital financeiro não se limita à função dos bancos [ver banco]. O capital financeiro atua também nas casas lotéricas ou em qualquer instituição que se proponha a fazer investimentos. É muito comum vermos na televisão propagandas de instituições que oferecem empréstimo para aposentados, por exemplo, a juros baixos. Essas instituições funcionam a partir da utilização do chamado capital financeiro.

Capital Industrial

Este tipo de capital [ver capital] está diretamente relacionado ao capital responsável por produzir produtos. Ou seja, este capital tem uma relação com as indústrias – como o próprio nome sugere. Este capital é responsável por gerar lucro [ver lucro] a partir do investimento em máquinas, matéria-prima e mão de obra. Tudo que é produzido nas indústrias é vendido por um preço acima da quantidade de dinheiro [ver dinheiro] que foi investido na produção. É essa a forma que o capital industrial gera lucro.

Capital Produtivo

[ver capital industrial]

Centralização de Capital

Você já deve ter ouvido falar que determinada empresa comprou outra, ou que essas empresas se uniram. Esse movimento no universo econômico é muito comum, empresas maiores compram empresas menores constantemente. Mas você saberia dizer a consequência disso? Vejamos: quando uma empresa compra outra ela acaba absorvendo todo o mercado consumidor desta empresa comprada, isto é, os clientes que eram da outra empresa passam a ser desta que comprou. Como resultado deste processo temos a chamada centralização de capital [ver capital], isto é, o movimento que leva ao domínio de uma empresa ou grupo de empresas em um ramo do mercado, formando, primeiro, oligopólios e, posteriormente, monopólios [ver monopólio].

Circulação de Capital

O capital [ver capital] pode ser considerado um processo que tem como objetivo principal gerar lucros [ver lucro] cada vez maiores. Para que este objetivo seja atingido, este capital precisa estar em circulação para

que possa gerar novamente mais lucros. Vejamos: se mantivermos determinada quantidade de dinheiro [ver dinheiro] guardada em um cofre este não vai gerar mais dinheiro. Mas, se utilizamos este dinheiro em compras, por exemplo, ele vai gerar lucro para o comerciante, portanto, o indivíduo que comprou fez o dinheiro circular. O comerciante pode utilizar este dinheiro para fazer outras compras ou para fazer novos investimentos em sua empresa. Independentemente da forma que for utilizado, este dinheiro circulou. Então, a circulação de capital é uma parte de um processo mais amplo que possibilita a geração de lucro.

Classe

A sociedade capitalista se divide em classes que estão o tempo inteiro defendendo seus interesses. As duas classes que fazem parte do Estado [ver Estado] capitalista são a classe burguesa e a classe dos trabalhadores. É importante destacar que a classe burguesa se subdivide em frações de classe, isto é, de acordo com a área da economia em que atua a burguesia recebe uma nomenclatura, se atua na produção agrícola é chamada de burguesia agrária; se atua no setor indústria é chamada de burguesia industrial; se são agências financeiras, como o banco [ver banco], por exemplo, é chamada de burguesia financeira, etc. No capitalismo

[ver capitalismo] os burgueses são os possuidores do capital [ver capital] enquanto os trabalhadores vendem sua força de trabalho para a classe burguesa em troca de salário [ver salário]. Então como poderíamos pensar o conceito de classe? Vejamos: a classe pode ser considerada como grupo de indivíduos que possuem interesses específicos que pretendem defender. A classe burguesa, por exemplo, defende seu lucro enquanto os trabalhadores defendem constantemente a melhoria das condições de trabalho e salário, por exemplo.

Classe Média

A classe média pode ser considerada a classe trabalhadora que conseguiu certo desenvolvimento econômico durante determinado período. Geralmente estão inseridos nesta classe os funcionários públicos, professores e alguns outros trabalhadores. É importante perceber que a classe média pode ser considerada uma parte da classe trabalhadora, pois permanece vendendo seu trabalho em troca de um salário. Por exemplo, um funcionário público recebe um salário para vender seu trabalho (qualquer trabalho) para o Estado [ver Estado]. Então, este faz parte da classe trabalhadora. Mas, ele recebe uma quantidade de dinheiro superior ao trabalhador do campo que vende seu trabalho em fazendas, por exemplo, portanto, ele mantém um padrão

de vida mais estável que aquele trabalhador do campo. Mas, perceba, os dois são classe trabalhadora, porém, um tem um poder de compra [ver poder de compra] mais elevado que o outro.

Comecon

Você já deve ter ouvido falar na Guerra Fria. Esse foi o momento que o mundo foi bipolarizado entre capitalismo [ver capitalismo] e socialismo [ver socialismo], isto é, havia nações que resolveram adotar posturas que se aproximavam da organização socialista de Estado [ver Estado] e nações que se aproximavam da organização capitalista de Estado. Neste mundo bipolarizado existiam duas nações que tomaram a frente dessas organizações: os Estados Unidos (liderando o bloco capitalista) e a União Soviética (liderando o bloco socialista) que começaram a tomar medidas econômicas para que uma efetiva organização se concretizasse. Uma dessas medidas foi o COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua), organizado pela União Soviética. Este conselho pretendia organizar a economia de acordo com a planificação econômica [ver planificação econômica] dos países que compunham o bloco socialista, ou seja, cada país seria responsável pela produção de um setor da economia com o objetivo de serem autônomos em relação à economia capitalista. A União Soviética, por exemplo, ficou responsável pela produção dos bens de capital [ver bens de capital].

Comércio

O comércio é uma das formas de se obter lucro [ver lucro] na sociedade capitalista [ver capitalismo]. Mas você consegue entender a lógica do comércio? Vejamos: um produtor precisa de determinada quantidade de capital [ver capital] para finalizar um produto. Uma vez finalizado este produto, este produtor vende por uma quantidade de dinheiro [ver dinheiro] para um comerciante. Sabemos que este produtor não vende o que produziu pela mesma quantidade de dinheiro usado na fabricação. Venderá por um preço que possa cobrir os gastos da produção e ainda retirar um lucro. O comerciante expõe este produto para venda a um preço mais elevado que pagou, garantindo uma margem de lucro. Então, o comércio tem como base de sustentação a troca entre produtos e dinheiro, sempre tendo como objetivo final o lucro.

Concentração de Capital

Você já deve ter ouvido alguém falar que está acumulando tarefas quando já as deveria ter feito? O que isso significa? Significa que há muita coisa pra fazer em um determinado período. Assim, acontece com o capital [ver capital] na economia [ver economia], isto é, depois do processo de produção e circulação das mercadorias [ver mercadoria] os empresários tem uma margem de

lucro [ver lucro] e um novo processo de produção e circulação é iniciado. Uma parte desse lucro é reinvestido e outra parte é guardada, acumulada. Cada processo de acumulação aumenta a quantidade de capital nas mãos dos empresários. Esse processo de acumulação contínua tem como resultado a concentração de capital isto é, a acumulação cada vez maior de capital nas mãos dos empresários.

Concentração de renda

Você já deve ter ouvido falar que o nosso país é muito desigual e que há uma grande concentração de renda. Mas você já parou para pensar sobre o que significa falar em concentração de renda? Já parou para pensar por qual razão acontece? Primeiro: concentração de renda significa que há uma quantidade de indivíduos que possuem um montante muito grande de dinheiro [ver dinheiro], isto é, concentram para si uma quantidade de dinheiro muito grande (são os chamados milionários, ricos, ou classe alta). Segundo: Isso acontece porque um grande número de pessoas vende seu trabalho a preços baixos. Isso possibilita que um número pequeno de pessoas possa, cada vez mais, aumentar seus lucros porque pagam pouco pelo trabalho e lucram muito.

Congelamento de Preços

O preço [ver preço] dos produtos em determinado momento pode ser definido pelo governo de modo que os comerciantes devem seguir essa determinação, não podendo vender a preços mais altos ou mais baixos. Essa é uma medida que pode ser adotada com o objetivo de reduzir a inflação [ver inflação]. Por exemplo, durante a presidência de José Sarney os preços foram congelados como parte de seu plano econômico [ver plano econômicos] para que a inflação fosse reduzida no país. Naquele momento, Sarney convoca a população a ficar atenta à tabela de preços dos produtos e denunciar o comerciante que não seguisse esta regra do governo. Com o objetivo de cumprir o planejado Sarney passa a chamar a população de “fiscais do Sarney”.

Consumo

O consumo é parte do processo de produção do capital [ver capital]. O capital para existir precisa que um processo seja executado inúmeras vezes. Que processo seria esse? Esse processo se inicia na produção de mercadorias [ver mercadoria]. Para que uma mercadoria seja produzida, o capitalista investidor precisa de mão de obra (trabalho), matéria prima (produto a ser transformado em mercadoria) e máquinas. Uma vez produzida, essa mercadoria vai ser mandada

para o mercado para ser comercializada. Após essa comercialização realizada vai ser consumida. Percebam: o momento de venda desta mercadoria é o momento do consumo. A necessidade do consumo, portanto, faz com que a mercadoria seja vendida. No ato da venda da mercadoria o capitalista recebe o dinheiro pago por ela. Nesse momento, o capitalista está lucrando com a venda gerando mais capital do que o que foi inicialmente utilizado na produção da mercadoria.

Contas Públicas

você já deve ter ouvido falar em sua casa que as contas precisam ser pagas, ou que estão muito altas, etc. Isso significa que as contas são gastos que toda residência tem como energia elétrica, alimentação, entre outros. Esses são gastos privados, isto é, gastos particulares de sua família. Assim, as contas públicas podem ser consideradas gastos que o governo tem em diversas instâncias, como construção de estradas, gastos com saúde, etc. Entretanto, no caso das contas públicas além dos gastos temos também neste cálculo tudo que o governo consegue arrecadar com impostos, por exemplo. Assim, quando o governo gasta mais do que arrecada pode-se dizer que tem um déficit [ver déficit público] em sua conta pública; quando gasta menos e arrecada mais podemos dizer que possui um superávit.

Contenção dos Gastos Públicos

Os gastos públicos estão diretamente relacionados aos gastos que o governo tem com instituições públicas. Por exemplo, a verba [ver verba] direcionada à manutenção dos hospitais públicos (área da saúde), ou a manutenção das escolas (área da educação), ou a verba direcionada à aposentadoria (previdência). Tendo visto o que significam gastos públicos, vejamos agora o que significa falar da contenção destes gastos. As medidas de contenção dos gastos públicos estão relacionadas a um modelo de Estado [ver Estado] capitalista chamado de neoliberal [ver neoliberalismo]. Essa é uma das medidas tomadas para reduzir a intervenção do governo na economia como forma de combater a inflação [ver inflação]. A contenção dos gastos públicos é justificada pelos governos neoliberais como forma de equilibrar as contas públicas [ver contas públicas].

Correção Monetária

A correção monetária foi criada em 1964, durante o primeiro governo da ditadura Civil Militar – governo Castelo Branco. Essa medida econômica tem como objetivo fazer reajustes que possam valorizar a moeda [ver moeda] nacional. Em períodos de inflação [ver inflação] muito alta a moeda acaba por ser desvalorizada, então são feitos alguns ajustes em

algumas taxas econômicas para que a moeda possa ser valorizada novamente. Por exemplo, quando você abre uma poupança em um banco e deixa determinada quantidade de dinheiro [ver dinheiro], esse dinheiro vai render por mês a uma determinada taxa.

Crédito

Quando vamos às compras e às vezes não temos como pagar à vista, geralmente, usamos o chamado cartão de crédito, que possibilita que compremos os produtos e paguemos as nossas compras no mês seguinte, certo? O que seria o crédito, então? O crédito pode ser considerado uma ferramenta de investimento para as empresas. Por exemplo, uma empresa decide ampliar suas instalações, mas não possui dinheiro suficiente para isso naquele momento. O empresário pode se dirigir a uma instituição financeira, bancos - por exemplo, e solicitar um empréstimo para ir pagando em parcelas. O ato de ceder empréstimo para a empresa pode ser considerado um crédito que aquela agência financeira está cedendo a uma empresa.

Crescimento Econômico

O crescimento pode ser medido de diversas formas. Uma delas é calculando o Produto Nacional Bruto – PNB

[ver Produto Interno Bruto]. Segundo os economistas, quanto maior o Produto Nacional Bruto, isto é, quanto maior a quantidade de bens em território nacional, maior pode ser considerado o crescimento econômico do país. É importante lembrar que crescimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento econômico, tampouco, pode significar relações igualitárias entre indivíduos na sociedade.



Vamos pensar um pouco?

Você já parou para pensar que o crescimento econômico pode não significar um bem estar para a população? Isto é, crescimento econômico não significa que um país está bem em termos sociais. No nosso país, por exemplo, podemos perceber que há uma quantidade muito grande de riqueza concentrada nas mãos de poucos. Isso significa que crescimento econômico não pode ser considerado como um bem estar social para todos, mas para uma pequena parcela da sociedade. Além disso, o crescimento econômico está localizado em algumas regiões do nosso país. Que tal você ter uma conversa com seus professores de história e geografia para ter mais informações a respeito disso?

Crise Econômica

O capitalismo [ver capitalismo] é um modelo de Estado [ver Estado] que possui características próprias. Uma

dessas características é o processo de crise cíclica, isto é, crises que acontecem de tempos em tempos. Essas crises ocorrem por causa de diversos fatores. Por exemplo, em 1929 ocorreu a crise da bolsa de valores de Nova Iorque afetando diversos investidores. Em 1973 ocorreu a chamada crise do petróleo que afetou diretamente as relações econômicas mundiais. Essas crises acontecem devido, sobretudo, à superprodução em determinado setor da economia, afetando primeiro os bens de capital [ver bens de capital] e, em seguida, os bens de consumo [ver bem de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis]. Uma das consequências é justamente a redução rápida na produção que pode levar ao desemprego.



Déficit Público

Déficit público pode ser descrito em alguns livros como déficit orçamentário. Significa que o Estado [ver Estado] tem muito mais gastos que arrecadações através de impostos e os cofres públicos tem um saldo negativo. Isso pode levar o Estado a fazer empréstimos cada vez maiores para pagar suas dívidas. É importante destacar que muitas vezes esse argumento é utilizado pelo governo para justificar medidas como a privatização [ver privatização] de empresas públicas. Essa medida

é somente uma das opções que os governos tem para resolver o problema do déficit público.

Desenvolvimento Econômico

Você já deve ter ouvido falar que o Brasil é um país em desenvolvimento. Mas já parou pra pensar o que seria desenvolvimento econômico? É comum existir certa confusão entre crescimento [ver crescimento econômico] e desenvolvimento econômico. Obviamente o crescimento econômico é parte do conceito de desenvolvimento econômico, mas não são sinônimos. O desenvolvimento econômico pode significar a elevação do Produto Nacional Bruto – PNB [ver Produto Interno Bruto], mas não se limita a ele. O desenvolvimento econômico significa um crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população, por exemplo, no saneamento básico, na capacidade de compra de toda a população e não somente de uma parte dela. Portanto, o desenvolvimento econômico tem uma relação direta com a distribuição de renda realizada a partir do crescimento econômico.

Desnacionalização

A desnacionalização é um processo que envolve capital estrangeiro [ver capital estrangeiro] e empresas nacionais.

Esse processo pode ocorrer de várias formas: uma parte da empresa (ações) pode ser vendida para uma empresa estrangeira; uma empresa multinacional [ver multinacionais] pode comprar uma empresa nacional; ou, ainda, investimentos estrangeiros podem ser feitos em determinados setores da economia [ver abertura da economia]. A desnacionalização é muito comum em economias que possuem baixa produção de produtos industrializados, por exemplo, pois necessitam de investimentos externos para aumentar sua produção industrial.

Dinheiro

Você todos os dias utiliza dinheiro em vários momentos: para comprar o lanche na escola, comprar livros, usar o transporte público, comprar jogos para o vídeo game, entre várias outras coisas. Mas você saberia explicar o que de fato é o dinheiro, para além da sua função de compra? Vejamos: determinada mercadoria [ver mercadoria] é produzida e colocada no comércio [ver comércio] para que possa ser vendida. A sua fabricação precisa, sobretudo, de alguém que trabalhe na sua produção. Portanto, ela não poderia ser produzida sem o trabalho. Vamos supor que não existisse o dinheiro. Essa mercadoria produzida só poderia ser trocada por outra no comércio já que não existe dinheiro. Como poderíamos calcular então a quantidade de uma mercadoria que deveria ser trocada por outra? Somente através do

trabalho realizado na produção de cada uma. Nesse momento poderíamos dizer que o trabalho é o valor [ver valor] da mercadoria e que o preço é a representação deste valor, ou seja, a quantidade de cada mercadoria necessária na troca por outra. No entanto, as relações econômicas, a partir do trabalho assalariado, começam a se tornar mais complexas, impedindo que o cálculo do tempo de trabalho necessário na produção da mercadoria possa ser calculado. Assim, surge o dinheiro como representação do valor da mercadoria, seu valor aparente. Ou seja, o valor real da mercadoria (o trabalho) é substituído pelo dinheiro (valor aparente), ou seja, o dinheiro é uma representação universal do valor que permite que todas as mercadorias possam ser trocadas por ele.

Dívida Externa

Este conceito pode ser ouvido em muitas análises econômicas feitas por telejornais, ou mesmo em sites que analisam a economia do país. A dívida externa se trata da dívida do país em relação a outros países ou agências internacionais como é o caso do Fundo Monetário Internacional – FMI [Ver Fundo Monetário Internacional]. Quando um país está em crise [ver crise econômica] ele pode pedir empréstimos a agências internacionais especializadas em assuntos econômicos. Se o país passa por um momento de crise longa, ele fica em dívida com esta agência, essa dívida é chamada de dívida externa.

Dívida Pública

O próprio título do verbete já sugere o que será tratado aqui. Sabemos que dívida é quando alguém compra algo ou contrata a prestação de determinado serviço e não paga por ele. Assim, a dívida pública tem relação com a dívida do governo, isto é, com o fato de o governo não honrar seus compromissos econômicos gastando mais do que tem em sua reserva. O órgão responsável por administrar a dívida pública do Brasil é o Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



Você sabia?

O Ministério da Fazenda é a entidade responsável pelas contas do governo, isto é, responsável pela fiscalização e pela arrecadação dos impostos, além de ser encarregado por distribuir todo dinheiro [ver dinheiro] que circula na economia do país. Você sabia que este ministério foi criado em 1822 logo depois da proclamação da república? Este órgão é o responsável por toda política econômica [ver política econômica] que venha a ser adotada no país. Para além destas informações é importante refletir sobre a importância deste ministério e pensar também o porquê de ter sido criado somente em 1822. Consulte seu professor de história para mais informações e proponha este debate em sala de aula. Bom debate!

Economia

Este dicionário apresenta a vocês, estudantes, vários conceitos econômicos para que possam entender as relações econômicas atuais. Sabemos que, como cidadãos, precisamos estar por dentro dos diversos assuntos da nossa sociedade. Um desses temas é a economia. Você já parou pra se perguntar o que é a economia? A economia é um dos aspectos do cotidiano de nossa sociedade. A economia estuda as relações de produção de uma sociedade, então, a economia estuda a produção social, isto é, estuda o trabalho, a produção, o consumo [ver consumo], o comércio [ver comércio], a renda. No entanto, não se limita a estes aspectos. A economia pode estudar a desigualdade social, os impactos ambientais a partir de determinado empreendimento, entre outras coisas.



Empresas Estrangeiras

Você já deve ter tomado Coca-Cola, calçado um tênis Adidas ou mesmo ter usado celulares de diversas marcas. Essas empresas que fabricam esses produtos são todas empresas estrangeiras, ou seja, são empresas que possuem seu centro de produção fora do nosso país,

ou mesmo tendo uma filial em nosso país, possuem a sede da empresa fora do território nacional. Essas empresas são chamadas de empresas estrangeiras. A sua produção – em sua maioria – é concentrada fora do país, além de sua sede administrativa também estar localizada fora do nosso território nacional.

Empresas Estatais

As empresas estatais, como o próprio nome sugere, são empresas que o Estado [ver Estado] detém o controle de sua administração e da sua produção. Por exemplo, a Petrobrás – em seu momento de criação durante o governo Vargas (1953) – foi uma empresa de economia mista, mas que detinha grande parte de seu capital [ver capital] vindo do Estado.

Empresas nacionais

Ao contrário do que se pode pensar, as empresas nacionais não são sinônimo de Empresa Estatal [ver empresas estatais]. As empresas nacionais são empresas que apresentam um capital [ver capital] nacional, isto é, capital produtivo [ver capital produtivo] localizado em território nacional. Além disso, suas sedes administrativa e produtiva se localizam em território nacional.

Empréstimo

[ver crédito]

Estado

É comum ocorrer a confusão entre os termos Estado e estado. O estado (iniciando com letra minúscula) é a unidade da federação, isto é, os estados que fazem parte de um país, por exemplo, o estado do Maranhão, o estado do Rio de Janeiro, etc. O termo Estado (iniciando com letra maiúscula) pode ser considerado o organismo que detém em si as diversas relações e aspectos de uma sociedade, ou seja, a política, a economia, a cultura, etc. Uma característica fundamental do Estado capitalista [ver capitalismo] é ser o responsável por garantir com que os interesses da classe burguesa [ver classe] sejam mantidos. Portanto, o Estado em sua forma capitalista pode ser considerado com instrumento da classe burguesa de dominação sobre a classe trabalhadora.

Estado de Bem-Estar Social

Como medida para a recuperação econômica após a crise o então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt adota as medidas elaboradas por John Keynes, também chamadas de Keynesianismo [ver keynesianismo] que tem como princípio a intervenção

do Estado [ver Estado] na economia. Essa organização do Estado pode ser chamada de Estado de Bem-Estar social. Esse modelo, também conhecido como Welfare State, aparece em seu livro didático geralmente quando relata o momento pós-crise de 1929. No entanto, se estende até a década de 1960, quando entra em crise. Uma característica central deste sistema econômico é a intervenção do Estado na economia com o objetivo de garantir que as necessidades básicas da população sejam supridas. Além disso, pretendia controlar a produção com base nas rendas sociais. Este modelo econômico pode ser comumente encontrado em seu livro didático quando este aborda a sua aplicação nos Estados Unidos como forma de recuperação econômica deste país logo após a crise de 1929.

Exportação

O comércio [ver comércio] mundial tem se ampliado consideravelmente nos últimos anos. Tem alcançado diversas regiões do globo. Portanto, tem estabelecido relações econômicas entre diversos países. Dentre estas relações temos a relação fundamental da economia [ver economia] de compra e venda. Quando determinado país produz pouca mercadoria [ver mercadoria] de determinado setor, ou, até mesmo, não

a produz, é fundamental a compra deste produto em outro país. O país que vende sua mercadoria a outro país está exportando esta mercadoria de modo que o país que a compra está importando [ver importação] esta mercadoria. Portanto, podemos chamar de exportação o ato de vender determinada mercadoria a outro país.



Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ou FGTS, como é comumente chamado, é um fundo depositado pelo empregador em nome do empregado. Este fundo foi criado no Brasil em 1966 – durante o primeiro governo militar. A quantia depositada equivale a 8% do salário pago, não sendo descontado do salário, é uma obrigação do empregador depositar este valor, como um fundo que pode ser utilizado pelo trabalhador em caso de ser demitido sem justa causa ou em casos de doenças crônicas, compra de imóvel, casamento, falecimento do trabalhador, quando a conta permanecer sem depósito entre algumas outras possibilidades. Caso contrário, este fundo só poderá ser sacado no momento da aposentadoria.

Fundo Monetário Internacional - FMI

O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1944 como uma espécie de organização financeira para auxiliar os países capitalistas. Esta organização compõe a Organização das Nações Unidas – ONU. Cada país que compõe esta organização precisa contribuir com determinada quantidade de dinheiro a partir de cálculos percentuais para que em momentos de crise possa recorrer a este fundo monetário, ou seja, é comumente utilizado por países latino-americanos no intuito de pagarem dívidas existentes ficando estes muitas vezes dependentes desta relação. Nesta lógica os Estados Unidos lideram o FMI sendo um dos maiores privilegiados com este recurso internacional. Este é o principal órgão financeiro [ver capital financeiro] internacional.



Globalização

Você já deve ter ouvido falar em sociedade do conhecimento, da diminuição da distância entre as pessoas no mundo, sobretudo, por causa dos avanços tecnológicos realizados na área da comunicação. Estes avanços tecnológicos geralmente são relacionados a um conceito chamado de globalização. No entanto, o conceito de globalização não

está somente relacionado à sociedade do conhecimento. Aglobalização tem uma relação direta com as relações econômicas e com a dominação imperialista [ver imperialismo]. O conceito de globalização pode ser pensado da seguinte forma: o mundo contemporâneo tem ampliado suas várias relações a cada instante, de modo que as relações econômicas estão em momento de mundialização, isto é, estão cada vez mais ampliadas. O que isso significa? Significa que a dificuldade existente em se fazer negócios, por exemplo, está cada vez mais superada e a sociedade se relaciona mesmo a espaços geográficos muito distantes. Portanto, a globalização pode ser considerada o processo de ampliação das relações capitalistas [ver capitalismo] entre territórios geograficamente distantes. Além disso, no âmbito cultural a globalização sinaliza para a construção de uma cultura, de um modo de viver, com base na sociedade do consumo, logo, vinculada às questões econômicas.



Vamos pensar um pouco?

A globalização, como vimos, pode ser considerada como uma ampliação das relações capitalistas e, portanto, uma superação das dificuldades em se estabelecer determinada negociação. Porém, vejamos: essas relações econômicas agora, com a globalização, podem ser consideradas igualitárias, existiria igualdade nas negociações econômicas? Converse com seus professores de História e Geografia a respeito deste questionamento e tente promover um debate com seus colegas de turma a respeito disso.



Imperialismo

Vemos em jornais, revistas, telejornais e sites todos os dias sobre os Estados Unidos. Vemos o quanto sua economia cresce, o quanto está presente em guerras e como é central até mesmo em nossa cultura quando ouvimos músicas estrangeiras e vamos ao cinema assistir aos seus filmes. O que não percebemos, às vezes, é que essa é uma forma de se impor frente a outros países. Essa imposição, ou melhor, essa dominação dos Estados Unidos em diversas regiões do globo pode ser chamada de Imperialismo. O imperialismo pode ser considerado como uma política de dominação política, econômica e cultural de um país sobre outro(s) de modo a tirar vantagem sobre o país dominado. Não podemos dizer, porém, que o Imperialismo se limita à atuação dos Estados Unidos. O Imperialismo pode ser considerado um momento de ampliação das relações econômicas do Estado capitalista que necessita muitas vezes do uso da violência como forma de dominação. No entanto, a violência não é a única forma de um país dominar outro. A economia [ver economia] é a forma mais utilizada de manter um país sob dominação. Como? Mantendo o país dominado dependente de sua economia, de seu capital [ver capital].



Você sabia?



Você consegue identificar este herói da imagem ao lado? Você sabe a história dele? Vejamos: o herói na imagem ao lado é o capitão América. Ele foi criado ainda no período da Segunda Guerra Mundial, mas presente na atualidade.

Você sabia que durante a Guerra Fria ele foi utilizado como um dos principais combatentes da União Soviética? Mas por qual razão? O autor deste quadrinho queria demonstrar que a União Soviética era uma ameaça que deveria ser combatida. Mas por que razão? Consulte sites da internet e solicite ajuda do seu professor de História e descubra como os quadrinhos foram importantes naquele momento da Guerra Fria e como forma de dominação imperialista.

Importação

A importação é parte de uma série de relações econômicas que podem ser estabelecidas entre países. Ela ocorre quando um país compra produtos que não são produzidos em território nacional ou quando compra máquinas de outros países necessárias à produção em território nacional. A importação é o contrário do que ocorre na exportação [ver exportação]. É importante destacar que a importação é uma das ferramentas de cálculo da chamada balança comercial [ver balança comercial].

Indústria

A indústria é uma das formas de transformar a matéria prima em mercadoria. Com a indústria e o surgimento das máquinas, os produtos podem ser produzidos em maior quantidade e em menos tempo. É importante destacar que mesmo com máquinas de última geração, o que garante a produtividade é a força de trabalho vendida pelo trabalhador ao capitalista. Sem o trabalhador não haveria produtividade. É comum ouvirmos falar que a indústria é a superação do homem no processo de produção. No entanto, com a utilização de máquinas neste processo, o homem passa a ser visto como uma extensão das máquinas, muitas vezes perdendo até seu caráter humano. No Brasil, a industrialização ocorre de forma acelerada, sobretudo, a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961). Neste governo, por exemplo, temos um crescimento de vendas na indústria automobilística, portanto, uma concentração na produção de bens de consumo duráveis [ver bens de consumo duráveis].

Indústria de Base

Você deve saber que as indústrias [ver indústria] atuais são cheias de máquinas e equipamentos tecnológicos que possibilitam uma rápida e grande produção de mercadorias

[ver mercadoria]. No entanto, estas máquinas também são produzidas em outras indústrias que fabricam bens de capital [ver bens de capital]. Mas, para que uma máquina possa ser fabricada é necessária matéria-prima, isto é, ferro ou aço. Assim, uma indústria de base é responsável pela extração de matéria prima para a confecção de máquinas e serviços essenciais. Tomemos como exemplo as usinas hidrelétricas: para que uma indústria possa ter eletricidade é necessário que as usinas hidrelétricas a produzam para que novas mercadorias possam ser fabricadas. Assim, a indústria de base, também chamada de indústria pesada, extrai a matéria prima essencial para a produção de bens de capital.

Inflação

Em telejornais vemos cotidianamente a apresentação de índices econômicos. Um desses índices que aparecem é a chamada inflação, calculada com base no aumento dos preços dos produtos. Quando está muito alta, o preço dos produtos fica elevado, o que reduz a capacidade de compra da população, sobretudo, dos trabalhadores. Além disso, quando a taxa inflacionária está muito alta, a moeda [ver moeda] acaba por ser desvalorizada. Diversas medidas podem ser tomadas para combater a inflação, no entanto, duas medidas são muito utilizadas a partir de duas análises da causa da inflação: a chamada

ortodoxia e a assim chamada heterodoxia. A ortodoxia tem como princípio que o que causa a inflação é a quantidade de moeda em circulação, então, o caminho para reduzi-la seria reduzir a quantidade de moeda em circulação através, por exemplo, do incentivo ao depósito em poupança ou da redução dos gastos públicos. A heterodoxia, ao contrário, acredita que não é o excesso de moeda em circulação que está elevando os preços dos produtos, mas a falta de moeda em circulação, portanto, o caminho a ser percorrido para resolver o problema da inflação é inserir cada vez mais moeda no mercado [ver mercado] através do incentivo à compra, reduzindo os preços dos produtos, por exemplo. É importante destacar que tanto a ortodoxia quanto a heterodoxia são opções adotadas pelos administradores econômicos do país e jamais podem ser consideradas naturais.

Isenção Fiscal

A isenção fiscal está diretamente relacionada ao imposto, isto é, significa que determinado indivíduo ou empresa não precisa pagar este imposto em determinadas condições. Por exemplo, quando um indivíduo possui uma renda anual baixa ele está isento de pagar o chamado imposto de renda; ou, no caso das empresas, estas são isentas de pagar determinados impostos pelo fato de as autoridades

considerarem que o produto que produzem ser muito consumido e que, portanto, precisam ser baratos para o consumo da população.



Juros

Os juros são uma taxa adicional em uma prestação de serviços, por exemplo. Quando você faz uma compra em seu cartão de crédito [ver crédito], o vendedor pergunta em quantas vezes você gostaria de parcelar a compra e informa que, por exemplo, você pode parcelar em até três vezes sem juros. Você decide que vai parcelar em quatro vezes. Como você vai passar um período pra pagar toda a compra, vai ser acrescentado mais no preço inicial da compra. Esses são os juros. Essa é uma forma de elevar a taxa de lucro [ver lucro] por meio da prestação de serviços, ou seja, por meio da “facilitação” da sua compra. Outra forma de cobrança de juros é em operações de empréstimo. Quando vamos ao banco solicitar determinada quantia de dinheiro emprestado, o banco cobra uma taxa em cima dessa quantia, ou seja, é uma forma de obter lucro sobre a prestação de serviços e dinheiro.



Keynesianismo

John Keynes foi um economista inglês que propôs um modelo econômico que tinha como base de ação a intervenção direta do Estado [ver Estado] na economia. Suas propostas tinham como objetivo principal a redução do desemprego através da intervenção estatal. Segundo esta teoria a forma mais eficaz para o problema do desemprego seria a redução da taxa de juros [ver juros] e os investimentos públicos. Estas medidas foram adotadas, sobretudo, como resposta à crise de 1929 quando ficou conhecida como Estado de Bem-Estar social [ver Estado de Bem-Estar social] ou Welfare State.



Liberalismo

O Estado [capitalista] tem alguns estágios de organização que possuem características próprias em seus momentos históricos diferentes. Uma das formas de organização do capitalismo [ver capitalismo] é o chamado liberalismo. Este modelo de Estado capitalista teve seu momento mais forte entre os séculos XVII e XIX. Esta corrente de pensamento surge na Inglaterra durante o período da Revolução

Industrial e considerava que a economia era organizada a partir de leis universais, sendo função do indivíduo perceber essas leis para que pudesse desfrutar de uma relação econômica eficaz e que garantisse o lucro [ver lucro]. Tem como características principais a liberdade do indivíduo, o direito à propriedade e a concorrência. Um dos fatos históricos que encontramos nos livros didáticos que está inserido neste momento do capitalismo é a chamada Revolução Francesa (1789). Este é um dos momentos principais de tomada de poder pela burguesia que, por conseguinte, altera a relação entre Estado e sociedade, ou seja, a organização do Estado passa a ter a burguesia disputando poder político com os aristocratas franceses.



Vamos pensar um pouco?

A Revolução Francesa é vista como um dos primeiros momentos de liberdade da História Contemporânea. Ela é considerada tão importante pelos historiadores foi selecionada como o marco para o início da chamada Idade Contemporânea. Mas, vejamos: primeiro, a Revolução Francesa inaugura a ideologia liberal em 1789? Sabemos que a Independência dos Estados Unidos já havia acontecido em 1776 e sabemos, também, que a ideologia liberal já estava inserida em sua lógica de organização econômica. Pense, então: por que a Revolução Francesa é considerada o marco da Idade Contemporânea? Em segundo lugar, a Revolução Francesa é uma revolução burguesa. Sabemos que o Estado capitalista é um Estado em que o capitalista (burguês) lucra sobre o trabalho fornecido pelo trabalhador. Vejamos: até que ponto, então, a Revolução Francesa deve ser tão celebrada? Converse com seu professor de História e reflita sobre estes questionamentos.

Lucro

Esse é o principal objetivo das relações econômicas do capitalismo [ver capitalismo] atingido a partir do cálculo feito do que é gasto para produzir determinada mercadoria. Isto é, o capitalista soma o que gastou com mão de obra, matéria prima e máquinas durante a produção e atribui um preço [ver preço] superior ao que foi gasto na mercadoria [ver mercadoria] final. Assim, o lucro é alcançado, então, através do processo de circulação das mercadorias [ver mercadoria] na relação compra e venda, pois é o momento em que se concretiza o cálculo, anteriormente explicado, feito pelo capitalista. Quando você compra um objeto o preço que você paga por ele não é exatamente o mesmo gasto na sua fabricação, pois se assim acontecesse o capitalista não poderia acumular capital [ver capital].



Mão de Obra

No momento da produção são necessárias algumas ferramentas para obter o produto final. É fundamental que o capitalista tenha disponível matéria prima, máquinas e mão de obra. A matéria prima são os produtos a serem transformados, a serem industrializados – por exemplo,

a borracha a ser transformada em pneus; as máquinas são responsáveis pela transformação e a mão de obra é o trabalho executado pelo operário. Percebam que sem o trabalho a matéria prima jamais poderia ser transformada em produto industrializado, sendo, portanto, a mão de obra uma ferramenta fundamental no processo de produção.

Mercado de Trabalho

O trabalho é ferramenta fundamental no processo de produção capitalista. Nossa sociedade é composta por um grande número de trabalhadores que disputam vagas de emprego todos os dias em várias áreas da economia do nosso país. O número de desempregados em busca de emprego é uma das frequentes notícias em telejornais. A busca por emprego por diversos indivíduos acaba por formar o chamado mercado de trabalho, que pode ser caracterizado, portanto, como a busca por disponibilidade em empregos em diversas áreas da economia. A partir disto, pode-se estabelecer uma relação entre mercado de trabalho e os salários pagos: quanto maior o número de pessoas em busca de emprego menor cobranças por altos salários, isto é, o trabalhador é submetido a aceitar o salário mínimo pago ou se manterá desempregado.

Mercado Externo

O capitalismo [ver capitalismo] atual está em um momento chamado de imperialismo [ver imperialismo]. Momento de mundialização do capital [ver capital] e que, portanto, movimenta o mercado em níveis mundiais. Este mercado pode ser considerado dividido a partir de duas relações: o mercado externo e o mercado interno. O mercado externo são as relações econômicas, principalmente as relações comerciais, que acontecem fora do território nacional, fora do país. O mercado interno diz respeito às relações econômicas, principalmente relações comerciais, de um determinado território nacional, ou seja, as relações econômicas que ocorrem dentro de um país.

Mercado Interno

[ver mercado externo]

Mercadoria

É comum confundir o termo mercadoria com o termo produto. Na verdade não são em sua totalidade sinônimos. Qual seria, então, a diferença? A mercadoria está diretamente relacionada à possibilidade de troca por algo equivalente. No caso da sociedade capitalista atual, o equivalente de todas as mercadorias é o dinheiro [ver

dinheiro]. Como o próprio conceito sugere, mercadoria tem uma relação direta com o mercado, com as negociações, sendo assim, diretamente relacionada à possibilidade de troca. O produto é algo que deve ser consumido quase que de forma imediata, ou seja, está diretamente relacionado ao uso, enquanto a mercadoria relacionada à troca. Vejamos: determinada mochila está em exposição em uma loja qualquer, logo, disponível para ser vendida. No processo de compra dessa mochila ela será trocada por dinheiro, portanto, é uma mercadoria. A partir do momento em que não será mais trocada por nenhum outro equivalente ela passa a ser produto para uso, conseqüentemente, o valor [ver valor] que ela tinha para troca é substituído pelo valor para uso. Uma mercadoria, desse modo, pode ser considerada como algo que tem a possibilidade de ser negociado no mercado.

Mercantilismo

[ver acúmulo prévio de Capital]

Milagre Econômico Brasileiro

O chamado milagre econômico brasileiro compreende o período de 1969 a 1973, então período da ditadura Civil Militar brasileira. Esse período recebeu este nome por ter atingido altos índices de produção e de

circulação de capital [ver capital]. Este é o momento que muitos consideram de desenvolvimento econômico [ver desenvolvimento econômico] do país, pelo menos no que diz respeito à economia. Mas porque ser chamado de milagre? A inflação [ver inflação] é considerada uma ameaça à economia [ver economia] do país, pois quando muito elevada acaba por elevar o preço [ver preço] dos produtos e, como consequência, reduz a compra. É importante destacar também que o alto índice e crescimento econômico [ver crescimento econômico] não significa redistribuição de renda [ver redistribuição renda], isto é, mesmo que possa ser considerado um período de grande produção econômica a grande maioria da população ainda se encontrava extremamente pobre, pois a riqueza produzida se encontrava concentrada nas mãos de poucos.



Vamos pensar um pouco?

A economia não é algo natural. Ela é mantida por decisões que partem de autoridades competentes de acordo com sua formação intelectual e sua forma de ver o mundo. O que ocorreu a partir de 1969 e é comumente chamado de “milagre econômico” foi possível por uma série de medidas econômicas adotadas anteriormente, como – por exemplo – a criação do Banco Central em 1964. Desde 1964, as medidas econômicas adotadas buscavam “organizar” a economia para que pudessem, em outro momento, elevar a produção no país. Isto posto, convidamos você, estudante, a refletir sobre o

termo “milagre econômico”, isto é: o que aconteceu a partir de 1969 no país pode ser considerado um milagre ou pode ser explicado a partir da organização econômica que aconteceu anteriormente? Além disso, o desenvolvimento econômico de fato aconteceu? Para responder a estas questões converse com seu professor de história e leia o verbete “desenvolvimento econômico” deste dicionário. Boa reflexão!

Moeda

A moeda é utilizada como instrumento universal de troca entre mercadorias e de quantificação do preço [ver preço] dos produtos. Não pode ser chamada de valor [ver valor], mas de representação do valor dos produtos, sendo utilizada como mercadoria [ver mercadoria] de troca entre os produtos. Isto é, em vez de trocarmos produtos entre si, trocamos os produtos pela moeda. O dinheiro de papel é a forma atual das moedas, no entanto, a moeda já teve como formatos o ouro, a prata e o bronze.

Monopólio

No capitalismo [ver capitalismo] atual, vários setores da economia [ver economia] têm empresas que são muito atuantes. Essas empresas, de tão grandes que são – e

por terem privilégios, isenções [ver isenção fiscal] ou, até mesmo, concessões do Estado [ver Estado] – acabam por eliminar as empresas menores da concorrência. Isso acontece por diversas razões: por atingirem comércios distantes, por terem maior capacidade de investimento, portanto, maior produção, por terem seus produtos com preços [ver preço] mais baixos. Isso significa que monopolizam determinado setor da economia, controlando as negociações naquela área.

Moratória

Você já deve ter ouvido a expressão “devo, não nego. Pago quando puder”. Essa expressão pode ser utilizada para explicar o conceito de moratória. Um país que possui uma dívida externa [ver dívida externa] muito grande pode não conseguir pagar no prazo combinado e acaba por declarar moratória, isto é, assume a dívida e faz a promessa de pagamento, mas não no prazo inicialmente combinado. Além disso, a moratória também tem relação com a suspensão do pagamento dos juros acumulados com a dívida. Isso, por exemplo, aconteceu durante a presidência de José Sarney nos anos 1980, mais exatamente em 1987.

Multinacionais

Vejam os a estrutura da palavra: multi = vários, muitos; nacionais = nacional, de um determinado país. O conceito de multinacionais é exatamente o que a palavra demonstra: “muitas nações”, ou seja, multinacionais são empresas que apresentam seu capital [ver capital] com origens diversas, isto é, suas ações pertencem a grupos de empresários de vários países, portanto, o capital desta empresa é um capital multinacional. Além disso, as empresas são comuns em países com alto índice de crescimento econômico [ver crescimento econômico]. Estas empresas abrem filiais em todo o mundo, acompanhando o processo de mundialização das relações econômicas. Começam a atuar a partir do final do século XIX e na atualidade já estão mundialmente consolidadas.



Neoliberalismo

Vamos recorrer mais uma vez à estrutura da palavra. Liberalismo [ver liberalismo] foi uma forma de organização do Estado capitalista entre os séculos XVII e XIX. A palavra “neo” significa novo, portanto, neoliberalismo seria um novo liberalismo que ganha algumas adaptações por causa

das alterações que ocorreram na estrutura econômica desde o século XIX até os dias atuais. Uma das principais características do neoliberalismo é fazer com que a intervenção do Estado [ver Estado] sobre a economia seja mínima. Isto é, o Estado não deve intervir nas relações econômicas de forma a prejudicar o individualismo e a propriedade. Por exemplo, o Estado não deve interferir na definição dos preços dos produtos, isto deve ocorrer de forma espontânea, de acordo com a organização do mercado. Mas como reduzir a intervenção do Estado na economia? Através, por exemplo, das privatizações [ver privatizações], da abertura da economia [ver abertura da economia], entre outras medidas. No Brasil, o neoliberalismo se inicia a partir do governo de Fernando Collor de Mello e se prolonga até o governo Michel Temer, portanto, tem início em 1989 e até 2018 permanece como ideologia que conduz nossa economia. Mesmo tendo se iniciado no Brasil no período anteriormente mencionado, na América Latina esta doutrina econômica já era inserida nos anos 1970.



País emergente

No processo de crescimento econômico [ver crescimento econômico], alguns países crescem de forma mais

acelerada que outros. Isso faz com que os países que crescem menos se tornem dependentes dos países que cresceram economicamente de forma mais acelerada. Essa dependência diz respeito tanto ao capital [ver capital] quanto à importação [ver importação] de máquinas e de produtos industrializados. É importante lembrar que seu crescimento, mesmo sendo em ritmo mais lento, continua a acontecer. Esses países que continuam crescendo, mas que dependem dos chamados países desenvolvidos são nomeados de países emergentes, ou países em crescimento.

Planificação Económica

A planificação económica é típica de países que tiveram a experiência de um Estado [ver Estado] socialista, como a União Soviética. A planificação tem como base de sua organização o planeamento económico estatal, ou seja, o Estado intervém diretamente no processo produtivo, controlando a quantidade de produtos de cada setor através de planos quinquenais, isto é, sua organização é pensada para cinco anos quando uma nova avaliação será feita e um novo planeamento será feito para mais cinco anos. Assim, a produção de bens essenciais fica sob a administração do Estado, assim como os serviços básicos, como transporte, educação e saúde.

Plano Bresser

Plano elaborado por Luís Carlos Bresser Pereira em 1987 (durante a presidência de José Sarney) com o objetivo de reduzir a inflação [ver inflação]. Como todo plano econômico [ver plano econômico] é organizado a partir da forma como a equipe econômica vê as relações econômicas naquele momento. Neste caso, acreditava-se que o caminho a ser trilhado para reduzir a inflação seria aumentando a produção e colocando moeda [ver moeda] em circulação, isto é, motivando a compra e a venda de mercadorias [ver mercadoria].

Plano Collor

Plano elaborado sob a liderança de Zélia Cardoso de Mello, Ministra da Economia, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Tem como base de elaboração as medidas impostas pela ideologia neoliberal [ver neoliberalismo], ou seja, a redução da intervenção estatal na economia: diminuição dos gastos públicos, incentivos a depósitos, entre outras medidas. O caminho escolhido para a redução da inflação [ver inflação] foi o caminho ortodoxo, isto é, reduzir a quantidade de moeda [ver moeda] em circulação para que se pudesse atingir uma estabilidade econômica, o que foi realizado através do confisco da poupança, ou seja, os saques da poupança e da conta-corrente

foram limitados durante 18 meses, isto significa que as pessoas não poderiam movimentar seu dinheiro que estava no banco.

Plano Cruzado

Plano elaborado durante o governo de José Sarney, especificamente em fevereiro de 1986. Tinha como objetivo controlar a inflação [ver inflação] através da chamada heterodoxia, isto é, acreditava-se que para controlar a inflação deveria-se aumentar a quantidade de moeda [ver moeda] em circulação e incentivar a produção e o comércio. Neste momento a moeda passa a se chamar Cruzado, os salários e os preços são congelados [ver congelamento de preços], levando a uma explosão de consumo [ver consumo] e ao retorno da inflação [ver inflação].

Plano de Metas

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) teve como objetivo principal promover o crescimento econômico [ver crescimento econômico]. Para que este crescimento se concretizasse foi elaborado o Plano de Metas. Este foi um plano econômico [ver plano econômico] com base na produção industrial. Assim, o

principal setor da indústria [ver indústria] beneficiado por este plano foi o setor da indústria de base [ver indústria de base], pois, como consequência, os demais setores da economia [ver economia] também seriam beneficiados, como o setor automobilístico, por exemplo. Este foi o momento da abertura da economia [ver abertura da economia] à multinacionais [ver multinacionais], isto é, empresas estrangeiras puderam investir de forma direta nas relações econômicas do Brasil.

Plano Econômico

Um plano econômico é elaborado com a função de resolver alguns aspectos da economia que tem impossibilitado seu crescimento. A inflação [ver inflação] geralmente é considerada o grande mal econômico a ser combatido. Neste sentido, os planos econômicos apresentam as medidas que devem ser tomadas para se chegar à estabilização da economia. Assim, as medidas a serem tomadas podem ser relacionadas aos salários [ver salário], aos preços [ver preço] dos produtos, a questões relacionadas à moeda [ver moeda], como por exemplo, a quantidade de moeda em circulação necessária para que possa ser atingida a estabilidade econômica.

Plano Marshall

Você deve ter estudado sobre a Segunda Guerra Mundial, portanto, deve saber que após a Segunda Grande Guerra os países saíram desta completamente destruídos e com sua economia [ver economia] abalada. Foi com o objetivo de reconstruir as economias da Europa Ocidental que George C. Marshall (secretário de Estado norte- americano) lançou o Plano Marshall em 1947. Assim, os Estados Unidos se encarregaram de reorganizar a economia europeia entre os anos de 1948 e 1951 fornecendo empréstimos e fiscalizando a economia.

Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico

Este plano econômico [ver plano econômico] foi elaborado durante a ditadura Civil Militar no Brasil, especificamente para execução durante o governo Médici (1969-1973). Este foi o planejamento feito para se atingir os altos índices de crescimento econômico [ver crescimento econômico] alcançados no período. As medidas adotadas neste plano se encaixam na heterodoxia como forma de combater a inflação. Portanto, o caminho escolhido para combater a inflação e ainda conseguir alcançar altos índices de crescimento econômico foi liberar crédito [ver crédito] aos produtores e garantir a circulação de capital [ver capital].

Plano Real

Durante os anos 1990 a base de elaboração dos planos econômicos [ver plano econômico] foi a ideologia neoliberal [ver neoliberalismo], isto é, estes planos tinham como base de sustentação a redução cada vez maior do Estado [ver Estado] na economia [ver economia]. O Plano Real não foi diferente. Elaborado em 1994, teve como grande carro chefe as privatizações [ver privatização] das empresas públicas. Qual o objetivo dessa ação? Reduzir gastos públicos e, ao mesmo tempo, conseguir verba para os cofres públicos. Essas medidas se alinham à perspectiva ortodoxa da economia, isto é, reduzir a quantidade de dinheiro em circulação. Esse foi o momento da criação da nossa moeda [ver moeda] atual - o Real que, então, tinha como preço [ver preço] o mesmo do Dólar, a chamada paridade das moedas. O Dólar é a moeda que substitui o ouro para fazer as análises da economia mundial, por isso a importância de estabelecer essa paridade para se atingir a estabilidade econômica.

Plano Salte

Plano econômico [ver plano econômico] elaborado em 1948 durante o governo Dutra (1946-1950). A composição do nome do plano tem relação com as áreas que este pretendia beneficiar (Saúde, ALimentação, Transporte

e Energia), isto é, juntando as iniciais das palavras de cada área beneficiada temos o nome Salte. Este plano teve como base o planejamento econômico, isto é, fazer estudos econômicos que organizassem a atuação do governo nas áreas mencionadas. Portanto, este plano econômico atuou, sobretudo, na prestação de serviços e na construção de ferrovias para escoamento da produção, além de promover um aumento da produção de energia.

Plano Verão

Plano adotado ainda no governo de José Sarney, especificamente em 1989. Os preços [ver preço] foram novamente congelados, a moeda foi alterada mais uma vez, sendo chamada agora de Cruzado Novo e a taxa de juros [ver juros] foi elevada. Foi o momento de redução dos gastos públicos com uma proposta de demissão em massa de funcionários do Estado [ver Estado] que, no entanto, não foi aprovada.

Poder de compra

Quando vamos ao supermercado fazer compras percebemos que nem sempre o preço [ver preço] dos produtos são os mesmos. Geralmente existe uma quantidade de dinheiro [ver dinheiro] mensal que é

destinado às compras de supermercado. Assim, se os preços dos produtos sobem podemos e a quantidade de dinheiro destinada às compras é a mesma não poderemos comprar a mesma quantidade de produtos. Logo, o seu poder de compra diminuiu. Assim, o poder de compra tem relação direta com o que você pode comprar com a mesma quantidade de dinheiro ao longo de um período. Quando analisamos, por exemplo, a situação de trabalhadores do campo e trabalhadores urbanos percebemos que não possuem um poder de compra igual, pois, muitas vezes, o salário [ver salário] recebido por estes trabalhadores é diferente. É comum o poder de compra também ser chamado de poder aquisitivo.

Poupança

Esta operação financeira [ver capital financeiro] é a mais comum de ser realizada em nossos dias, geralmente é agenciada por um banco [ver bancos] que mantém o dinheiro [ver dinheiro] depositado guardado e, se não for movimentado por quem depositou, vai render lucros [ver lucro]. No entanto, este dinheiro não fica “parado” na conta de quem o depositou. É comum que o banco o utilize em outras operações financeiras. Portanto, ele fica disponível tanto para quem depositou quanto para o banco, embora, quem depositou não tenha lucros

se o movimentar. Qual a função, então, da poupança? Temos uma dupla função: a) como investimento por parte de quem deposita, pois a partir disso pode render mais dinheiro se não for movimentada aquela conta, isto é, se o dinheiro não for retirado e; b) serve como forma do banco fazer investimentos próprios já que leva em consideração que quando algum indivíduo inicia uma poupança não tem pretensões de retirar aquele dinheiro em um curto prazo. É importante destacar que os juros pagos pelos bancos [ver banco] a quem não movimenta o dinheiro depositado é inferior aos juros cobrados pelos bancos a quem solicita empréstimos, garantindo, assim, a lucratividade dos bancos.

Preço

É comum confundirmos preço com valor [ver valor]. Preço é uma espécie de representação do valor de determinada mercadoria [ver mercadoria]. O preço é sempre posto em dinheiro de acordo com o valor que determinada mercadoria tem. O preço é a representação do valor da mercadoria no momento da sua venda. Portanto, o preço tem uma relação direta com o processo de troca de mercadorias. Geralmente o preço é verificado em dinheiro, que funciona como mercadoria universal, isto é, como mercadoria que pode ser trocada por todas as outras produzidas.

Privatização

Este conceito está relacionado, nos livros didáticos de História, a outro conceito, chamado neoliberalismo [ver neoliberalismo]. A doutrina neoliberal propõe a redução do Estado [ver Estado] na economia. Uma das formas de redução dessa intervenção é através do corte dos gastos públicos, realizando, por exemplo, um grande número de demissões em um curto espaço de tempo. Outra forma de reduzir os gastos públicos é transformando empresas estatais em empresas privadas através da venda destas estatais ao setor privado.

Produto Interno Bruto - PIB

Um país possui uma determinada quantidade de mercadorias [ver mercadoria] e serviços circulando em seu território nacional. O Produto Interno Bruto – PIB é justamente a quantificação da riqueza que circula em determinado país. Importante lembrar que essa quantificação independe da origem dessa riqueza, isto é, se foi gerada em território nacional ou em território estrangeiro. O PIB serve para perceber, por exemplo, o nível de crescimento econômico [ver crescimento econômico] do país. É importante destacar que o PIB é apenas uma quantificação da riqueza em circulação,

isto é, o PIB não calcula, por exemplo, o nível de desigualdade social ou a concentração de renda de um país. Além do PIB temos a quantificação da riqueza produzida em território nacional, o chamado Produto Nacional Bruto – PNB que diferentemente do PIB, é somente a quantificação da riqueza produzida em solo nacional.

Produto Manufaturado

Sabemos que nosso país já possui um índice considerável de produtos industrializados, tanto produzidos em território nacional, quanto vindos do estrangeiro. No entanto, temos também uma grande produção de produtos manufaturados, ou seja, é uma fábrica em que os operários executam funções individuais com ferramentas individuais, isto é, os trabalhadores são encarregados de executar funções diferentes com ferramentas diferentes no processo de produção. Assim, um produto manufaturado não possui técnicas de produção muito avançadas em sua elaboração. Na manufatura, então, o trabalhador é o centro da produção, não havendo, portanto, grandes máquinas neste processo.



Recessão Econômica

Nos momentos de crise da economia [ver crise econômica] é comum existir estagnação da economia, isto é, a economia cresce em um ritmo mais lento, ou, até mesmo, se mantém sem crescimento. Quando a economia deixa de crescer ou cresce em um ritmo menos acelerado podemos dizer que o país está vivendo um momento de recessão econômica.

Redistribuição de Renda

Sabemos que nosso país é considerado como país emergente [ver país emergente] e que, portanto, está em processo de crescimento econômico. Sabemos, também, que crescimento econômico não significa igualdade social e que, desta forma, há uma grande concentração de renda [ver concentração de renda] em nosso país. Assim, para que o país se torne menos desigual é necessário que haja a redistribuição de renda, isto é, que a renda seja dividida entre os cidadãos da forma mais igualitária possível.



Vamos pensar um pouco?

Você deve saber que o país em que vivemos é um país com uma concentração de renda muito elevada, isto é, existe uma quantidade de dinheiro muito grande concentrada nas mãos de poucas pessoas. Enquanto isso, uma parcela muito grande da população possui uma renda muito baixa, isto é, possui uma quantidade de dinheiro pequena para suprir suas necessidades individuais. Acreditamos que seja óbvio para você estudante que o país precisa de uma redistribuição de renda. Mas qual seria o melhor caminho para que essa renda fosse redistribuída? Pense um pouco sobre isso e questione seus familiares e professores e até mesmo seus colegas de turma sobre essa questão.

Relação de Produção

As relações de produção envolvem diversos aspectos da capacidade de produção, isto é, envolve o processo de produção, o trabalho, a mercadoria [ver mercadoria], o salário [ver salário], a compra e a venda de produtos. Assim, podemos considerar relação de produção como todas as dinâmicas que envolvem a economia [ver economia] e a sociedade. o capital [ver capital], por exemplo, é uma relação de produção pois envolve diversos momentos do processo de produção. É importante destacar que dependendo do modo de produção as relações de produção são alteradas.



Salário

Você deve conhecer várias pessoas que trabalham e recebem um salário como forma de pagamento das suas horas de trabalho. Você conseguiria explicar, então, o que é o salário? Não? Então, vejamos: uma pessoa trabalha durante um mês em uma empresa. Então ela fornece sua força de trabalho durante um mês em determinado emprego. Ao final do mês, recebe determinada quantidade de dinheiro pela força de trabalho fornecida. Podemos concluir, então, que houve uma troca: o empregado fornece força de trabalho e o empregador lhe dá dinheiro em troca da força de trabalho fornecida. Estamos, então, diante de uma troca. O trabalhador fornece sua mercadoria [ver mercadoria] (trabalho) e o empregador a mercadoria de troca universal (o dinheiro). O salário, então pode ser considerado nesse processo como um pagamento realizado em dinheiro pelo trabalho fornecido pelo empregado.

Salário Mínimo

O salário [ver salário] pode ser considerado como um pagamento realizado em dinheiro pelo trabalho fornecido

pelo empregado. Sabemos que o preço [ver preço] do salário varia de acordo com o setor em que trabalha, de acordo com a função que o empregado exerce e, até mesmo, de acordo com sua formação intelectual. No entanto, sabemos que, por lei, há preço mínimo que deve ser pago ao funcionário, esse preço mínimo a ser pago ao funcionário pelo trabalho fornecido é chamado de salário mínimo. No Brasil, o salário mínimo começou a ser pago em 1940 durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945).



Você sabia?

Você sabia que no Brasil o salário mínimo que deve ser pago é R\$954,00? Você sabia também que uma cesta básica (produtos necessários para o consumo mensal) custa, em média, R\$ 310,00, portanto, praticamente 1/3 do salário mínimo do trabalhador. Além disso, o trabalhador tem despesas como água, luz, transporte, material escolar (para os trabalhadores que tem filhos), aluguel, entre outros gastos. Vemos, portanto, que o salário mínimo não supre as necessidades dos trabalhadores assalariados. Isso, entre outros fatores, faz com que o Brasil esteja entre os países emergentes e não entre os países considerados desenvolvidos.

Socialismo

Você já deve ter ouvido falar em redistribuição de renda, ou mesmo uma sugestão de um amigo para

“socializar” algo seu. Mas você saberia dizer o que é socialismo? O socialismo é uma forma de organização do Estado [ver Estado] que tem por objetivo alcançar a igualdade entre os cidadãos. Ao contrário do Estado capitalista [ver capitalismo], o socialismo não tem como objetivo o acúmulo de capital, mas a distribuição de toda riqueza de forma igualitária. Neste sentido, o estado tem papel fundamental, pois organiza essa distribuição. Além disso, a propriedade privada é redistribuída de modo que não haja grandes desproporções entre os habitantes do Estado. É importante ressaltar que o socialismo é considerado um momento de transição entre o capitalismo e o comunismo.



Valor

É comum confundirmos o termo valor com o termo preço [ver preço]. O preço é considerado a representação do valor para que as trocas entre mercadorias [ver mercadorias] possam acontecer. O valor está diretamente relacionado ao tempo de trabalho necessário na produção de uma mercadoria. O valor pode ser considerado como o tempo que um trabalhador leva para produzir determinada mercadoria. Geralmente quando vamos às compras perguntamos ao vendedor

qual o valor de determinado produto quando, na verdade, deveríamos perguntar qual o preço do produto haja vista que o valor que aquele produto tem é representado pelo preço que está na vitrine.

Verbas

Você já deve ter ouvido alguém falar que queria viajar, por exemplo, mas não tem verba pra isso. Verba pode significar montante de dinheiro [ver dinheiro] em caixa. Por exemplo, quando falamos em verba pública estamos nos referindo a um montante de dinheiro que vem dos fundos públicos, isto é, de agências públicas.



Welfare State

[Ver Estado de Bem-Estar social].

Discussão teórico-metodológica como subsídio ao professor

História dos conceitos e História econômica: uma breve discussão teórico-metodológica

A utilização de conceitos é de fundamental importância para se pensar a relação existente entre Estado Capital-imperialista¹ e a sociedade contemporânea como forma de perceber a imbricação existente entre as instâncias social, política e econômica que dão forma ao Estado contemporâneo.

No entanto, a utilização de conceitos requer uma atenção à teoria e metodologia que se deve aplicar para

¹Capital-imperialismo é um conceito a respeito da forma atual do Estado capitalista. Elaborado por Virgínia Fontes, este conceito é gestado a partir das reflexões da autora a respeito do conceito de Imperialismo adotado por Lenin ainda no século XIX somado à concepção de Estado Ampliado de Antonio Gramsci. No entanto, não é apenas um somatório de concepções, a autora amplia a noção de Imperialismo adotada por Lenin e a amplia dialeticamente de forma que pensa as especificidades do capitalismo do século XX apontando que a fração financeira da burguesia ainda se mantém hegemônica mas não é estruturalmente idêntica à fração financeira analisada por Lenin no século XIX. Um dos fatores que difere a fração financeira do século XX da fração financeira analisada por Lenin é justamente a explosão de conglomerados de financeiras que não havia no século XIX, tendo Lenin apontado que fração financeira era uma união íntima entre capital bancário e capital industrial. Para maiores esclarecimentos a respeito do tema cf.: Fontes, Virginia. Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

que não se caia em equívocos interpretativos durante as pesquisas históricas sobre as quais pretendemos nos debruçar. A análise da utilização de conceitos necessita de um escopo metodológico que perpassa por diversas áreas das ciências (filosofia, história, linguística, entre outras) reverberando, assim, em um estudo com caráter interdisciplinar e transdisciplinar².

Assim como o uso dos conceitos requer uma atenção à metodologia e teoria, a história econômica também requer a utilização de metodologia própria de análise que sustente estudos históricos, não com o intuito de se chegar a uma verdade, mas com o objetivo de se aproximar de uma crítica coerente em torno de determinado tema que se pretende analisar.

Esta seção tem como objetivo central perceber a relação existente entre história econômica e história dos conceitos para que possa perceber as possibilidades de uso dos conceitos econômicos preocupando-se com a metodologia do campo da história dos conceitos e da História econômica que possuem especificidades, mas que, no entanto, se relacionam constantemente, haja

² Vale destacar que estes termos surgem pois a totalidade, que aliás é um dos pilares da obra marxiana, foi se perdendo com o decorrer das modificações da ciência que exige, nos tempos atuais, uma maior especialização em seus estudos.

vista que mesmo tendo especificidades a chamada História dos Conceitos está presente em diversos campos da História pois os diversos campos possuem conceitos-chave para a compreensão de seus estudos.

Então, considera-se necessário que em um primeiro momento desse texto se faça uma exposição e análise da História dos conceitos com base, sobretudo, em Reinhart Koselleck para que em um segundo momento se possa perceber a relação existente entre História dos conceitos e História econômica e a devida importância desses dois campos para a compreensão do capitalismo contemporâneo e diversos estudos históricos.

A história dos conceitos vem se fortalecendo desde a década de 1950 como campo da História, sobretudo pelos estudos feitos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. No entanto, essa é apenas uma das linhas que se propõe a se debruçar sobre a análise de utilização dos conceitos nos estudos históricos. Uma segunda linha interpretativa intitulada *contextualismo linguístico* é sustentada pelos estudos de Quentin Skinner que dá margem à criação da chamada Escola de Cambridge³

³ Segundo Marcelo Jasmin (2005) a escola de Cambridge surge a partir do programa elaborado por Skinner com uma “sofisticada elaboração metodológica e conceitual acerca do fazer história das ideias, das noções do significado e de intenção e dos limites da historiografia

juntamente com J.G.A Pocock⁴.

Este tópico, então, tem como objetivo principal perceber o debate existente entre estas duas linhas interpretativas do uso dos conceitos para que se possam perceber os caminhos existentes a serem trilhados para a utilização de conceitos em estudos históricos.

Compondo um campo da história que surge a partir da chamada História das ideias⁵ a História dos conceitos tem uma preocupação incessante com as elaborações conceituais dos campos da História de forma que acredita que nem toda palavra pode ser considerada um conceito haja vista que um conceito emerge a partir de conjunturas históricas e de necessidades distintas. Segundo Barros

do pensamento político e social (...) que constituíram um profícuo debate metodológico internacional entre historiadores, filósofos, cientistas políticos e críticos literários”. (JASMIN. 2005. P.28).

⁴ J.G.A. Pocock tem como foco de análise o pensamento político através da análise da linguagem, tem como obra principal *Linguagens do ideário político* publicada em 2003 pela Edusp.

⁵ Segundo Falcon (1997) a história das ideias possui diferentes correntes teórico- metodológicas divididas em três recortes temporais: a) 1890-1929/30; b) 1929/30- 1960/70; c) 1960/70-1990/95. Dentre estas correntes Skinner e a chamada escola de Cambridge se localiza no grupo “C”, anteriormente citado, a partir da contextualização histórica. No entanto, segundo o autor, o pioneiro neste campo seria Michel Foucault a partir da sua obra *Arqueologia do saber*.

(2011) “as palavras e, sobretudo, os conceitos, têm uma história – esta perspectiva é transversalmente presente na obra de Reinhart Koselleck” (BARROS, 2011, p.266).

Portanto, os conceitos devem ser pensados em seu contexto histórico, isto é, há uma relação latente entre o contexto em que determinado conceito emerge e o contexto em que é aplicado, o que nos leva a perceber que há uma imbricação profunda entre conceitos e historicismo⁶, ou seja, conceitos são “categorias heurísticas⁷ e ‘encarnadas’ em dadas situações históricas, nas quais foram formulados e transformados em apreensões conceituais” (PROTO, 2011, p. 75).

Ainda tratando especificamente dos conceitos para posteriormente adentrarmos na discussão teórico-metodológica da história dos conceitos, tem-se o primeiro ponto abordado por Koselleck (1992) quando aponta questões de natureza teórica divididas em seis pontos ao longo do seu texto *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Este Ponto diz respeito

⁶ Segundo Pistone (2007) o “Historicismo não possui um significado unívoco. Para determinar os significados fundamentais com que pode ser entendido, convém, pois, partir da identificação do seu conteúdo mais genérico e, por isso, comum aos diversos significados dele resultantes.” (PISTONE, 2007, p.581).

⁷ “Palavra moderna originada do verbo grego εὐπίοKO) = acho: pesquisa ou arte de pesquisa.” (ABBAGNANO, 1998, p. 499).

“ao que possa vir a ser um conceito a respeito do qual poder-se-ia conceber uma história” (KOSELLECK, 1992, p. 134).

Nesse primeiro ponto de análise Koselleck aponta que naturalmente nem toda palavra pode ser concebida quanto conceito “e que portanto pode ter uma história” (KOSELLECK, 1992, p.135). Segundo o autor:

De forma evidentemente simplificada podemos admitir que cada palavra remete a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. No entanto, nem todos os sentidos atribuídos às palavras eu consideraria relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos. (KOSELLECK, 1992, p. 135)

Para Koselleck há uma necessidade de uma semântica política que gire em torno de uma palavra para que esta possa se tornar um conceito que possua uma história e que possa ser utilizado em outras conjunturas históricas, obviamente, que com outras relações estabelecidas e outras utilizações que diferem do momento de sua gênese conceitual.

O segundo ponto apontado por Koselleck diz respeito à utilização/ emprego dos conceitos. Koselleck defende a hipótese de que,

Todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator). Todo conceito é não

apenas efetivo quanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. (Koselleck, 1992, p.136)

Conceitos como Estado, Classe, Sociedade Civil, por exemplo, são carregados de relações com outros conceitos e com interpretações de diversos autores que se posicionavam de formas diversas ora convergiam sobre determinados aspectos ora divergiam completamente ora se superavam dialeticamente. Portanto, uma história dos conceitos se faz fundamental para a compreensão de determinados debates teóricos tanto sobre os conceitos quanto sobre a utilização e compreensão destes.

Ainda neste ponto de análise Koselleck afirma que considera “teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno da linguagem” e aponta que se “assumíssemos determinada postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Para Koselleck, portanto, os conceitos tem como fundamento relações políticas e sociais.

Neste ponto já pode ser destacada a divergência existente entre História dos conceitos – que, como já foi demonstrado, tem fundamento político-social – e o contextualismo linguístico de Skinner. Segundo Marcelo

Jasmin (2005) Skinner sofre críticas à sua perspectiva analítica por duas linhas: a) a linha de acusações acerca da inutilidade desse tipo de historiografia contextualista para a elaboração teórica; b) a linha da história conceitual alemã. A partir das críticas feitas pela primeira linha, Skinner acaba de demonstrar um afastamento à segunda linha de crítica, segundo Jasmin a primeira resposta de Skinner,

Distingue entre os vários tipos de significados que uma proposição pode ter: o significado das palavras enunciadas na frase; o significado da proposição para mim ou para a comunidade contemporânea de intérpretes à qual pertencço; e o significado da proposição como ato de fala daquele que a proferiu (...) a segunda linha de resposta ameniza o caráter científico da certeza do método proposto. **Mesmo quando há muita informação contextual, o que se obtém com a pesquisa histórica são hipóteses plausíveis que devem se sustentar na erudição disponível.** (JASMIN, 2005, p. 30-31. **Grifos nossos**).

A primeira linha de crítica é sustentada por Gadamer, mas em resposta a este, Skinner acaba por tecer uma crítica à História conceitual alemã que tem como principal teórico Koselleck. No trecho em destaque há uma interpretação da crítica feita por Skinner que vai de encontro à necessidade da contextualização dos conceitos sustentada por Koselleck para além da análise linguística.

A segunda linha de crítica, como já mencionado, foi feita pela Escola conceitual alemã que, segundo Jasmin, criticava “a baixa contextualização das ideias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo⁸ daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade das ideias” (JASMIN, 2005, p.31).

O terceiro ponto trata do momento de seleção de critérios para a escrita de uma história dos conceitos. Neste ponto, mais uma vez Koselleck afirma que há uma necessidade de contextualização do conceito que ele caracteriza como uma necessária relação texto/contexto o que nos leva a concluir que “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (KOSELLECK, 1992, p. 137). No entanto, Koselleck não nega que a língua seja importante nesse processo de compreensão dos conceitos, o que o historiador alemão propõe é uma ampliação da análise do conceito às questões históricas, isto é, ao contexto em que determinado conceito está inserido.

⁸Apesar da crítica ao anacronismo feita pela Escola conceitual alemã, Didi-Haberman (2000) aponta que “o anacronismo atravessa todas as contemporaneidades” e que o “anacronismo seria assim a maneira temporal de exprimir a exuberância, a complexidade e a sobredeterminação das imagens” (DIDI-HABERMAN, 2000, p. 06-07)

Sobre este ponto Koselleck conclui que poderá,

Proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto (...) proceder metodologicamente expandindo a análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. Esta seria a resposta àqueles que argumentam que só seria possível a realização de análises de discursos. Esta seria uma das possibilidades, posto que a história dos conceitos permanece uma metódica consistente, com suas fronteiras, seus limites e vantagens, naturalmente (KOSELLECK, 1992, p. 137-138).

Percebe-se, pelo trecho anteriormente citado, que Koselleck sofre duras críticas por não enveredar pelo caminho metodológico da análise de discurso - que tem como expoente Michel Foucault. Demos uma pausa na análise deste terceiro ponto apontado por Koselleck e vejamos alguns pontos sustentados por Michel Foucault a fim de que se possa perceber se há de fato um afastamento entre Koselleck e a análise de discurso.

Michel Foucault (2010) apresenta, ainda na introdução, aspectos da renovação da História apontando que em algumas disciplinas da história (histórias das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura) “a atenção se deslocou

das vastas unidades descritas como “épocas” ou “séculos” para rupturas” (FOUCAULT, 2010, p.04). No que tange ao ‘conceito’ Foucault parece estar alinhado às análises de G. Canguilhem quando aponta que as análises de Canguilhem,

Podem servir de modelo, pois mostram que a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração (FOUCAULT, 2010, p.05).

No trecho citado ainda não fica exposto o método de análise dos conceitos de Foucault, mas já aponta que este acredita na multiplicidade de análise necessária para a compreensão dos conceitos, o que nos leva a acreditar que a linguística puramente não seria a única ferramenta de análise do autor afastando-se, portanto, do contextualismo linguístico de Skinner. Não se quer dizer aqui que o método Skinneriano seja com base em análise da pura linguagem, no entanto, dentre as correntes analíticas aqui apresentadas, acredita-se que seja a que mais se aproxima do quadro que Foucault critica ao se alinhar à análise de Canguilhem.

Já no tópico *A formação dos conceitos* presente em *Arqueologia do saber* Foucault aponta que há uma necessidade de análise pré- conceitual para que se possa compreender os meandros da formação de um conceito a fim de sustentar a hipótese de que,

As regras de formação dos conceitos, qualquer que sejam sua generalidade, não são o resultado, depositado na história e sedimentado na espessura dos hábitos coletivos, de operações efetuadas pelos indivíduos; não constituem o esquema descarnado de todo um trabalho obscuro, ao longo do qual os conceitos se teriam mostrado através de ilusões, preconceitos, erros, tradições. O campo pré-conceitual deixa aparecer as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos história das ideias (FOUCAULT, 2010, p. 69-70).

Nota-se que Foucault se aproxima da concepção defendida pela História dos conceitos de forma que defende a necessidade da multiplicidade analítica que deve permear a gênese e o uso dos conceitos, sendo necessário um momento de recuo histórico para que se compreenda esta gênese.

Portanto, há uma aproximação entre os dois teóricos em questão: Reinhart Koselleck e Michel Foucault. O método aplicado por ambos não é idêntico,

mas ambos acreditam na multiplicidade analítica para além do método da linguística⁹.

Passemos para o quarto ponto apresentado por Koselleck que aponta que “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/ expressado uma única vez”, ou seja, “sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única” (KOSELLECK, 1992, p. 138). O que o historiador alemão apresenta é que determinado conceito possui uma especificidade no momento de sua elaboração assim como no momento de sua aplicação posterior, isto é, cada momento histórico que é utilizado o conceito apresenta uma singularidade que o difere de momentos anteriores e de sua utilização posterior e é exatamente isso que possibilita a escrita da história dos conceitos, sua singularidade na multiplicidade aplicativa de contextos históricos díspares com uma gênese comum, isto é, “novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (KOSELLECK, 1992, p.140).

⁹ Foucault apresenta ainda um quadro analítico dividido em quatro pontos com base análise gramatical em *As palavras e as coisas*, como o objetivo deste trabalho é uma análise da história dos conceitos e não o contextualismo linguístico de Skinner acreditamos que sairíamos do foco apresentando a análise feita por Foucault supracitada. Para maiores informações a respeito do quadro analítico de Foucault cf.: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Rodrigo Rabello (2008) em interpretação ao quarto aspecto apresentado por Koselleck afirma que o historiador alemão justificou sua hipótese “ao relacionar o uso pragmático da língua com sua semântica, ou seja, o conteúdo falado pragmaticamente será único e irrepetível (em situação singular) em um jogo persuasivo entre comunicador e receptor da mensagem” (RABELLO, 2008, p.34).

Ainda neste aspecto Koselleck apresenta sua tese a respeito da diacronia/sincronia que, segundo o autor, estão imbricadas de forma que a diacronia está presente na sincronia. Nas palavras de Koselleck,

Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica (KOSELLECK, 1992, p. 141).

O quinto ponto desenvolvido por Koselleck tem uma relação com a questão desenvolvida anteriormente já que, “a força diacrônica deve ser passível de ser mensurada de alguma forma, quando se pretende trabalhar empiricamente” (KOSELLECK, 1992, p.143) o

que leva o historiador “a se munir de um grande arsenal de fontes documentais” (RABELLO, 2008, p. 36). Dentre estas fontes documentais Koselleck aponta três grupos: a) fontes próprias da linguagem do cotidiano, que no seu uso são únicas por princípio; b) fontes do gênero *Zeit* em que a relação entre repetição e unicidade/singularidade aparece de forma clara: os dicionários; c) textos que aparecem inalterados no decorrer de suas sucessivas edições (KOSELLECK, 1992, p.143-144). Este levantamento feito pelo historiador alemão se justifica para que o mesmo possa sustentar a hipótese de que “as estruturas repetitivas, de acordo com o tipo específico de texto, encontram-se diferentemente distribuídas” (KOSELLECK, 1992, p.114).

No sexto ponto desenvolvido por Koselleck tem-se que há uma necessidade de ter uma separação analítica entre as diversas afirmações linguísticas presentes em cada fonte textual de forma que haja um rigor teórico em cada análise que se pretenda fazer de acordo com a fonte utilizada.

Apartir da discussão realizada em torno da história dos conceitos adota-se neste trabalho a perspectiva que se alinha às elaborações teórico-metodológicas formuladas por Koselleck (1992), pois se crê que o contextualismo linguístico apresentado por Skinner é

uma forma limitada de análise dos conceitos por estar preocupado unicamente com as contextualizações. Não se tem por objetivo minimizar a importância de se contextualizar a utilização dos conceitos, mas se acredita que outras nuances precisam ser levadas em consideração no momento de utilização dos conceitos econômicos e Koselleck (1992) demonstra as bases metodológicas de forma mais satisfatória a este trabalho.

Relação entre História dos conceitos e História econômica

Estudos sobre a história dos conceitos tem demonstrado a estreita relação existente entre esta e a chamada História social. O próprio Koselleck (2006) apresenta esta relação de forma que, como citado no tópico anterior, a História dos conceitos pode estar presente em diversos outros campos da história por mais que tenha desenvolvido uma metodologia própria de análise.

Outrossim, este tópico tem como objetivo principal demonstrar que há uma relação entre história dos conceitos e história econômica, de forma que os conceitos econômicos necessitam de análise para uma eficaz

utilização. Para que se chegue a este ponto de análise decidiu-se ser de fundamental importância passar pela análise feita por Koselleck da relação existente entre história dos conceitos e história social.

A História social, como campo da História, tem como referência de sua gênese a Escola dos Annales por ter sido esse o momento de “constituição de uma nova história” (CASTRO, 1997, p.45). Esse foi o momento em que se rompeu com a clássica história política com base em “grandes” personagens e heróis e com o positivismo de Ranke. No entanto, não seria toda história uma história do social? O que se pretende com este campo no fazer historiográfico?

Segundo Hebe Castro,

Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Frente à crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida por muitos historiadores como horizonte da disciplina (CASTRO, 1997, p. 46)

Portanto, a história social emerge como forma de renovação do método da história mesmo que em

perspectiva sintética, ou seja, sendo vista como única forma do fazer historiográfico de modo que se devem pensar os sujeitos históricos inseridos em relações dentro de dadas sociedades com características específicas.

Em um segundo momento, especificamente na década de 1950 – segundo Castro (1997) – a história social começa a ser estruturada em sentido mais restrito, capaz de se tornar um campo específico do fazer historiográfico, apresentando metodologia própria, marcada, no início, por um estruturalismo antropológico e de certas abordagens marxistas (CASTRO, 1997). A história social emergiria “como uma abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais” (CASTRO, 1997, p. 48).

Na história social estão presentes, como em outros campos da história, conceitos fundamentais para a compreensão das relações latentes entre os diferentes grupos sociais existentes, por exemplo, o próprio conceito de sociedade. A partir desta constatação Reinhart Koselleck (2006) traça as possibilidades de se fazer uma estreita relação entre a história dos conceitos e a história social. Segundo o historiador alemão,

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2006, p.98)

Portanto, é de fundamental importância a adoção da metodologia da história dos conceitos aliada, obviamente, à metodologia da história social para a compreensão da dinâmicas social, política e econômica de dada sociedade, tendo fortes influências da história dos conceitos sobre as investigações da história social que, segundo Koselleck, podem ser duas: a) crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional; b) crítica à história das ideias (KOSELLECK, 2006, p.104)

Como complemento de compreensão da primeira influência da história dos conceitos sobre a história social Jasmin (2005) aponta que,

[...] trata-se de pôr os conceitos políticos e sociais em relação com a continuidade ou a descontinuidade das estruturas políticas, econômicas e sociais, o que resulta em ter como tema favorito a elaboração conceitual produzida em tempos de mudança rápida (JASMIN, 2005, p.33).

É perceptível, portanto, que a relação entre a história dos conceitos e a história social, para Koselleck, é estabelecida “como justaposições, interdependentes e metodologicamente associadas à historicidade das formações sociais” (PROTO, 2011, p.76).

É importante frisar que no momento de emergência da história social como campo específico da história, há também a consolidação da história econômica como campo historiográfico de modo que os dados econômicos, segundo Cardoso (2002) são uma indispensável referência ao campo da história social.

Alguns aparatos de análise econômica são fundamentais para o campo da história social¹⁰ como: conjuntura econômica, base econômica, poder econômico, por exemplo. Portanto, é de fundamental interesse perceber, então, a influência presente da história dos conceitos sobre a história econômica a partir da constatação da estreita relação entre esta e a história social que possui claras influências da história dos conceitos.

¹⁰ Aqui não se pretende cair em um extremo economicismo, o que temos por objetivo é perceber a estreita relação entre história econômica e história social e que, então, assim como a história dos conceitos possui influência sobre a história social, esta é fundamental para a o fazer historiográfico no campo da história econômica.

Ciro Flamarion Cardoso (2002) aponta que “a história econômica não pode (...) limitar-se a um mero comentário de índices e curvas, ou à construção de modelos puramente econométricos” (CARDOSO, 2002, p. 49) é necessário que esta esteja inserida na lógica globalizante e da totalidade, a fim de que se possam perceber as relações que ocorrem nas esferas políticas e sociais de dada sociedade.

Inúmeras fontes podem ser utilizadas para a elaboração de esquemas que facilitem a compreensão de relações socioeconômicas, como dados estatísticos, por exemplo. Além disso, “os dados econômicos são absolutamente necessários à elaboração da história social” (CARDOSO, 2002, p. 51) o que demonstra a imbricação entre os campos de conhecimento da História e não uma atomização destes. Os trabalhos no campo da História Econômica podem estar inseridos em dois eixos que caracterizam perspectivas de análise diferentes que culminam em escritas distintas. O primeiro eixo tem como referência os especialistas anglo-saxões que tem “certa dependência da ciência econômica, uma sólida formação econômica e matemática e limitavam-se à esfera econômica não recorrendo à análise social” (CARDOSO, 2002, p. 53) o que nos permite constatar uma aproximação com a elaboração

de quadros numéricos excessivos para a explicação de determinada conjuntura sem se ater a outras relações políticas e sociais.

O segundo eixo tem como referência os historiadores da Europa Continental (especialmente os franceses) que “não separavam a análise econômica dos fatores históricos globais e, principalmente, da análise social” (CARDOSO, 2002, p.53). Portanto, a relação que se pretende fazer neste trabalho entre História Econômica e História dos conceitos tem por base a análise econômica que segue a lógica do segundo eixo interpretativo.

Conceitos como classe, relações de produção, consciência de classe, estrutura, entre outros, são fundamentais para que se possa sustentar análises econômicas de determinada sociedade, para ser mais exato, da sociedade capitalista. No entanto, estes conceitos são carregados de historicidade que estão para além de determinações puramente linguísticas, isto é, emergem de determinada conjuntura histórica que norteiam seu significado e, por conseguinte, sua aplicabilidade em estudos históricos.

Koselleck (2006), partindo da análise anterior de estamento, faz sua análise do conceito de classe:

Da mesma forma o conceito de “classe” possuía, naquele momento, numerosos significados, que eventualmente se confundiam com o conceito de estamento ou ordem. Ainda assim, pode-se dizer que, para o uso alemão, especialmente para o uso prussiano da língua da burocracia, uma classe era antes definida por critérios econômicos de direito administrativo do que por critérios políticos ou de origem. Nesse contexto, há de se considerar a tradição fisiocrata dentro da qual os antigos estamentos foram originalmente definidos de acordo com critérios funcionais do ponto de vista econômico, concepção que Handenberg compartilhou, de acordo com os princípios do liberalismo econômico (KOSELLECK, 2006, p.101)

A partir do que foi exposto é imprescindível que se pense um conceito de forma dialética, isto é, reportar-se às suas utilizações anteriores a fim de superá-las dialeticamente como forma de atribuí-las nova aplicabilidade em um novo contexto.

Um exemplo para a afirmação anterior é a utilização dos conceitos de imperialismo e capital financeiro feita por Virgínia Fontes em *Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história* (2010). A historiadora parte em suas análises do conceito de capital financeiro utilizado por Lenin para analisar o momento do desenvolvimento do imperialismo no final do século XIX e o aplica em uma conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial de forma que o ressignificar a um novo recorte temporal e espacial (ao fazer análise da conjuntura brasileira).

O conceito de capital financeiro utilizado por Lenin (2008) tinha como base uma união íntima entre o capital industrial e o capital bancário. Esta base é ampliada, e não negada, por Fontes (2010) ao utilizar o conceito de capital financeiro em suas análises. A historiadora parte deste conceito levando em consideração que reconfigurações ocorrem na estrutura capitalista pós-segunda guerra mundial atribuindo, então, ao conceito de capital financeiro uma *união pornográfica*, ou seja, neste período há uma explosão de conglomerados de financeiras que não permite que seja aplicado o conceito de capital financeiro como elaborado por Lenin. Este não é mais o momento do Capitalismo em sua forma monopolista haja vista a crescente formação de oligopólios.

Este exemplo nos possibilita perceber a aplicabilidade da hipótese sustentada por Koselleck de que

A investigação do campo semântico dos conceitos principais revela um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originários do passado (KOSELLECK, 2006, p.101)

Esse é claramente um exemplo das adaptações conceituais, através do método dialético, que permite a utilização do conceito sem alteração na estrutura

linguística. No entanto, há concepções que partem de determinados conceitos que necessitam de alteração na própria escrita para que haja uma valoração diversa de forma mais objetiva, isto é, há uma alteração estrutural que não permite a utilização do conceito a partir da forma como foi elaborado anteriormente como o conceito utilizado por Virginia Fontes de *Capital-imperialismo*. Aliás, o próprio conceito de estrutura pode ser analisado. Mais adiante será retomada a análise conceitual de capital-imperialismo.

No que tange ao conceito de estrutura muito utilizado nos trabalhos que envolvem a História Econômica em diversas instâncias, entende-se aqui que para o historiador a estrutura e os movimentos são inseparáveis, isto é, a estrutura não deve ser entendida como um conceito estagnado, mas como um conceito mutável que acompanha os movimentos conjunturais que variam de acordo com o tempo e a sociedade que se pretende analisar. Portanto, os “fenômenos conjunturais (...) vem à luz e se explicam pelas contradições da estrutura econômica” (CARDOSO, 2002, p. 263).

Retomemos o conceito de Capital-imperialismo. Este é um claro exemplo de adaptação conceitual que necessita de alterações em sua constituição escrita. Fontes parte da utilização do conceito de imperialismo

elaborado por Lenin e reveste da expansão de capital ocorrida no mundo pós-1945, isto é, a hegemonia da fração financeira do capital não permite mais que se faça uma relação equitativa com o capital de tipo de industrial. A hegemonia agora é da dominação dos conglomerados de financeiras.

Assim sendo e diante do que foi exposto no presente trabalho, podemos chegar a três conclusões que se relacionam: a primeira diz respeito à imbricação entre História Social e História econômica de modo que estes dois campos da história, apesar de terem metodologias próprias, possuem contribuições entre si que enriquecem suas análises. A segunda diz respeito à importante contribuição da história dos conceitos, que tem como principal teórico o historiador alemão Reinhart Koselleck, para o campo da história econômica de forma a enriquecer as análises latentes deste campo da história com a metodologia própria

da História dos conceitos, para além da contextualização linguística.

A terceira diz respeito à famigerada metodologia do materialismo histórico dialético na constituição de uma análise dos conceitos econômicos que possibilita uma superação dialética de conceitos anteriormente aplicados em conjunturas diversas. Portanto, é de

fundamental importância uma estreita relação entre história dos conceitos, história social, história econômica e materialismo histórico dialético.

Assim, foram trabalhadas questões acerca dos conceitos na história e acerca da metodologia da história econômica de modo que nos alinhemos à corrente da história econômica que pretende uma vinculação com questões político-sociais e que, portanto, não se isola em suas análises econométricas e que, portanto, não cai na lógica do economicismo vulgar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, José D'assunção. **Teoria da História**. Vol. IV. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

DIDI-HABERMAN, Georges. **Diante do tempo. História da arte e anacronismo das imagens.** Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

FALCON, Francisco. História das ideias. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FONTES, Virgínia. **Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V. 20, Nº57, p. 27-38, fevereiro/2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos.** V. 05, Nº 10, p. 134-146, 1992.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

PISTONE, Sergio. Historicismo. IN: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. História dos conceitos: fundamento teórico-metodológico para construção da historiografia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 122, p. 74-81, Julho/2011.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Revista Eletrônica Bibliotecon**, Florianópolis, N° 26, 2º sem./2008.

O Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens objetiva auxiliar estudantes e profissionais de História do ensino básico para uma efetiva compreensão das relações econômicas contemporâneas. Neste material podem ser encontrados conceitos e temas econômicos que perpassam a História dos séculos XX e XXI. O recorte temporal específico deste dicionário é o ano de 1945 por ser considerado um momento de reconfigurações econômicas importantes, tendo como grande fator de alteração das relações, o fim da Segunda Guerra Mundial.

Assim, usufruam deste material promovendo debates em sala de aula, recorrendo a este em caso de dúvidas, construam novos saberes e em torno das relações econômicas contemporâneas.